

RELATÓRIO E CONTAS 2007



*CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO
DE POMBAL*

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 24º dos Estatutos, convoco a Assembleia-Geral Ordinária da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL, pessoa colectiva nº 501115773, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Pombal sob o mesmo número para o próximo dia 31 de Março de 2008, pelas 14 horas, na sua Sede, Praça da República, em Pombal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1º Apreciação, discussão e votação das Contas e Relatório apresentados pela Direcção, relativas ao ano de 2007 e do parecer do Conselho Fiscal.

2º Eleição dos titulares dos Órgãos Sociais para o Triénio 2008-2010 (Mesa da Assembleia-Geral, Direcção e Conselho Fiscal).

3º Outros assuntos de interesse para a Instituição.

Se à hora marcada para a reunião não estiverem presentes mais de metade dos associados, nos termos do artigo 25º dos Estatutos, a Assembleia reunirá com qualquer número, uma hora depois.

Pombal, 20 de Fevereiro de 2008
O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

(Eliseu Ferreira Dias)

CORPOS GERENTES

CORPOS GERENTES

Efectivos e suplentes – que serviram no exercício de 2007

Assembleia Geral:

PRESIDENTE: Eliseu Ferreira Dias
VICE-PRESIDENTE: Eng.º Manuel Simões R. Marques
SECRETÁRIO: Dr. José Gomes Fernandes

Direcção:

Efectivos:

PRESIDENTE : Dr. Diamantino Manuel de Jesus Leal
VICE-PRESIDENTE: Heitor Fernando dos Reis e Silva
SECRETÁRIO : Manuel Gonçalves de Oliveira
TESOUREIRO: Carlos Alberto Courelas
VOGAL: Joaquim Ferreira Leal

Suplentes:

Paulo Jorge Ferreira Lopes
Vítor Manuel Marques Costa
Dr. João Gante Gonçalves
Rui Manuel Reis Silva
Dr. Vítor José Pereira N. Morais Trindade

Conselho Fiscal:

Efectivos:

PRESIDENTE: - Manuel de Jesus Ferreira Escalhorda
SECRETÁRIO: - Manuel dos Santos Monteiro
VOGAL: - Dra. Maria de Fátima M. Cardoso Nunes

Suplentes:

José Maria Pereira Gonçalves
Manuel da Conceição Mota Longo
Gilberto Ferreira Leal

ÍNDICE

I. ENVOLVENTE MACRO-ECONÓMICA.	6
II. PERSPECTIVAS PARA O GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	13
III. ACTIVIDADE PRÓPRIA DA CAIXA	17
1 - Introdução	18
2 - Actividade Financeira	20
2.1 - Breve Análise	20
2.2 - Operações Activas	24
2.3 - Recursos Financeiros	25
2.4 - Outros Indicadores	27
IV. RECURSOS HUMANOS	30
V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38
VII. NOTAS FINAIS	40
VIII. PARECER DO CONSELHO FISCAL	42

I. ENVOLVENTE MACRO-ECONÓMICA

I. ENVOLVENTE MACRO-ECONÓMICA

A conjuntura económico-financeira actual está fortemente afectada pela quebra do mercado imobiliário nos EUA e pela crise financeira daí decorrente, exacerbada pelo fenómeno dos empréstimos *subprime*.

No entanto, o crescimento económico em 2007 ainda se manteve globalmente bastante robusto, embora com desaceleração nos principais países desenvolvidos, em especial nos EUA, em que a estimativa do crescimento para o conjunto do ano é de 2,2%, contra 2,9% no ano anterior e 3,1% em 2005, e no Japão, onde o crescimento do PIB caiu para 1,9%, contra 2,4% no ano anterior.

Na Zona Euro, no entanto, o abrandamento foi ligeiro, com o PIB a crescer, no conjunto da Zona, 2,6% - contra 2,8% no ano anterior -, o que se explica essencialmente pelo menor crescimento da economia alemã (2,4% em 2007 contra 2,9% em 2006). Nas outras maiores economias da Zona, o ritmo de expansão sofreu apenas um pequeno afrouxamento.

No conjunto das economias emergentes o crescimento manteve-se forte em 2007, atingindo 7,8%, nível comparável ao do ano anterior, destacando-se uma vez mais a China, com uma expansão de 11,4%, contra 11,1% em 2006.

Apesar de no conjunto de 2007 o crescimento económico global ter sido ainda bastante expressivo, na evolução do quarto trimestre foram já manifestos os efeitos da crise, verificando-se fortes desacelerações, nomeadamente nos EUA e em alguns países da Zona Euro, havendo o receio de que a economia americana entre em recessão, provocando uma quebra acentuada no crescimento a nível global.

No caso da economia portuguesa estima-se para 2007 um crescimento da ordem de 1,9%, que representa uma ligeira retoma em relação ao crescimento muito modesto de 2006, e que de novo se ficou a dever – como já sucedera em 2006 – ao comportamento positivo das exportações, que terão crescido cerca de 7%, embora

com desaceleração na parte final do ano. Das componentes da procura interna, registou-se uma recuperação na formação bruta de capital fixo, que cresceu 2,6%, depois de vários anos sucessivos com variações negativas, assinalando-se alguma recuperação do investimento empresarial. Naturalmente que o investimento, e em especial a componente empresarial, é a variável chave para a retoma, a qual não estará consolidada enquanto esta componente do PIB não ganhar nova dinâmica. O consumo privado, por sua vez, embora em desaceleração, ainda cresceu 1,2%.

Fruto do reduzido crescimento da actividade económica, o desemprego em Portugal situava-se em finais de 2007² em torno de 8,1%, o que constitui um agravamento em relação a 2006 e coloca o nível do desemprego em Portugal acima da média da Zona Euro e da União Europeia no seu conjunto. A redução do desemprego em termos significativos exigirá a manutenção, por vários anos, do crescimento económico em pelo menos 2,5% ao ano. Especialmente preocupante é o facto de o desemprego de longa duração (de um ano ou mais) se manter elevado, representando agora praticamente metade do total, contra 37% em 2002.

O nível da inflação (preços no consumidor) em 2007 rondou, em média anual, 2,5%, nível que se situa acima do registado no conjunto da Zona Euro. Na conjuntura actual, a evolução desta variável está marcadamente influenciada pela volatilidade do preço de matérias-primas estratégicas, como o petróleo, metais industriais e produtos alimentares básicos. Naturalmente, a apreciação do euro age como factor de atenuação das pressões inflacionistas, mas não tem impedido o surgimento de picos altistas nos últimos meses e uma gradual escalada nos preços.

O crescimento do PIB em 2007, em conjunto com a maior eficácia da máquina fiscal e com o esforço de contenção das despesas públicas, e ainda algumas medidas adoptadas pelo Governo com incidência orçamental, bem como as receitas das privatizações, permitiram, segundo as declarações oficiais, reduzir o défice do sector público para menos de 3%, limite estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que Portugal passou assim a cumprir. O peso do défice em relação ao

² Novembro

PIB fora de 3,9% em 2006 e o Governo prevê para 2008 a sua redução para 2,4%, assente numa previsão para o crescimento da economia portuguesa em 2008 de 2,2%. Mas face aos condicionalismos da crise internacional, com efeitos bem manifestos na vizinha Espanha, que é o nosso principal parceiro económico, e noutros mercados de que Portugal depende, é pouco provável que esse nível de crescimento venha a ser conseguido, sendo mais provável que a expansão do PIB não ultrapasse 2% (que é aliás a previsão – revista - do Banco de Portugal)

Com efeito, o crescimento a nível global em 2008 vai depender bastante de a forte desaceleração que já se verifica nos EUA vir ou não a originar uma verdadeira recessão nesse país.

As expectativas negativas para a economia americana advêm da quebra do mercado imobiliário – já esperada, residindo as incertezas apenas no seu ritmo, extensão e profundidade –, a qual foi intensificada pela excessiva expansão dos empréstimos para compra de habitação a clientes de alto risco (os chamados empréstimos *subprime*), onde começaram a surgir elevadas taxas de incumprimento.

A queda brusca e acentuada de todo o mercado de *subprime*, e do mercado imobiliário americano no seu conjunto, afectou o sistema bancário – e não apenas nos EUA – em virtude da prática generalizada da titularização dos empréstimos hipotecários, incluindo os créditos *subprime*, e da inclusão posterior dos títulos assim criados em estruturas de investimento complexas, que subitamente começaram a ser evitadas pelos investidores, originando dificuldades de refinanciamento dessas estruturas.

Nos mercados financeiros, a crise originada pelos empréstimos *subprime* manifestou-se no quase desaparecimento de alguns sectores do mercado de capitais, afectando a liquidez do mercado interbancário e levando as taxas desse mercado – Euribor na Zona Euro – para níveis extremamente elevados em comparação com as taxas de referência estabelecidas pelas autoridades monetárias. Assim, a Euribor a 3 meses subiu para quase 4,8%, chegando mesmo nalgumas semanas a atingir 4,9%.

Nestas circunstâncias, o BCE interrompeu o ciclo de subidas das suas taxas de referência, e recorreu mesmo a várias intervenções para injectar liquidez no mercado, que ao nível do mercado interbancário permitiram a redução das taxas nos diversos prazos para níveis mais “normais”. É de esperar que os mercados se mantenham bastante tensos durante boa parte do corrente ano, e que só paulatinamente a situação se normalize dado que a crise financeira actual é na verdade profunda e preocupante.

Assim, não é provável que o BCE venha a subir as suas taxas de referência nos tempos mais próximos, até porque, se o fizesse, estaria a reforçar as pressões para a subida do euro em relação ao dólar e outras divisas, criando dificuldades adicionais à competitividade internacional das economias europeias, tanto mais que a Reserva Federal americana já procedeu nos últimos tempos a diversas reduções da sua taxa de referência, reduzindo-a para 3% no final de Janeiro (contra 5,25% em Julho de 2007, na altura em que a crise se declarou). É até de admitir, perante a incerteza quanto à estabilidade das economias europeias, que o BCE venha mesmo a descer a sua taxa directora. No entanto, o possível afloramento de novas tensões inflacionistas, provocadas pela subida do preço do petróleo e de outras matérias primas básicas, colocaria o BCE perante um dilema, tendo em conta o seu objectivo para a inflação, que é o de a manter em nível próximo, mas abaixo, de 2%. Note-se que desde há vários meses a taxa mensal de inflação se situa acima de 2%, e que se têm registado picos inflacionistas significativos – em Janeiro a inflação mensal homóloga foi de 3,2%.

No **mercado bancário português** registou-se uma reanimação do crédito a empresas – que cresceu, em Novembro de 2007, e em termos homólogos, mais de 10,4%, dando continuidade à evolução recente, e em marcado contraste com as taxas de variação anual de quase estagnação que se observavam em 2003 e 2004.

Já no crédito à habitação verificou-se um certo abrandamento do forte ritmo de expansão que vinha evidenciando nos últimos anos, tendo a componente mais dinâmica no financiamento a particulares sido o crédito pessoal para consumo e outros fins.

Evolução dos Agregados de Crédito no Mercado Bancário
Varição homóloga em % (*)

	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Jun	2006 Dez	2007 Nov
Crédito a Empresas (**)	2,7	2,5	5,0	6,7	7,1	10,4
Crédito à Habitação	11,8	10,5	11,1	10,8	9,9	8,6
Crédito Pessoal (Consumo..)	2,4	4,4	4,5	6,9	10,1	10,9

(*) Com base nos saldos médios ajustados de operações de titularização.

(**) Sociedades não financeiras

FONTE: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Janeiro 2008.

As taxas de juro médias quer dos depósitos quer dos diferentes tipos de crédito têm vindo a subir em linha com a evolução das taxas de referência do BCE e das taxas interbancárias. É no entanto de destacar que, no último ano e meio e sobretudo nos últimos meses, a subida na taxa média dos depósitos igualou ou superou a que se verificou nas taxas médias do crédito, em contraste com o que se verificara nos 30 meses até Junho de 2006, em que a subida nas taxas do crédito havia excedido significativamente a correspondente evolução nas taxas dos depósitos. Esta inversão está naturalmente relacionada com a intensificação da pressão concorrencial na captação de recursos, em conjugação com o esmagamento dos *spreads* na área do crédito.

Evolução comparativa das taxas de juro
médias dos depósitos e do crédito no Sistema Bancário
(Δ p.p.)

	Dez 03–Jun 06 30 meses	Jun 06–Jun 07 12 meses	Jul 07–Nov 07 5 meses
Depósitos até 2 anos	+ 0,22	+ 0,82	+ 0,41
Crédito a Empresas	+ 0,50	+ 0,83	+ 0,39
Crédito à Habitação	+ 0,38	+ 0,89	+ 0,34
Crédito Pessoal (Consumo,..)	+ 0,18	+ 0,56	+ 0,16

As taxas médias indicadas e as variações referidas já reflectem o impacto da actual crise financeira nas condições do mercado bancário, a qual implicou subidas quer das taxas activas quer passivas.

É de esperar que a persistência da crise conduza a uma concorrência ainda mais forte na captação de recursos, mas que, em contrapartida, se verifique uma atenuação da pressão concorrencial no lado do crédito, pois as principais instituições nossas concorrentes tenderão a enfrentar maiores condicionalismos e condições mais onerosas no mercado de capitais, de que estão dependentes para o refinanciamento das suas operações de crédito, por operarem com rácios de transformação acima de 100% - nalguns casos, bastante superiores.

Neste contexto, no entanto, é crucial para o Crédito Agrícola defender a sua base de depósitos, mesmo com algum sacrifício temporário da rentabilidade.

II. PERSPECTIVAS PARA O GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

II. PERSPECTIVAS PARA O GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

O Crédito Agrícola, detendo a quarta rede mais extensa do sector bancário português, com um total de 640 balcões pertencentes a 99 instituições – Caixa Central e Caixas Agrícolas -, mantém-se como uma importante referência no sistema financeiro nacional.

Em conjunto com a sua extensa rede, o Crédito Agrícola coloca à disposição das comunidades que serve uma rede de ATM (máquinas Multibanco) de 1.200 unidades, a que acrescem 136 unidades para o uso exclusivo dos seus próprios clientes, e 13.486 Terminais de Pagamento Automático (TPA). No que respeita às máquinas Multibanco a quota de mercado do Crédito Agrícola é de 9,6%, e nos TPA ela é também muito significativa, atingindo 7,6% do total de terminais existentes no país.

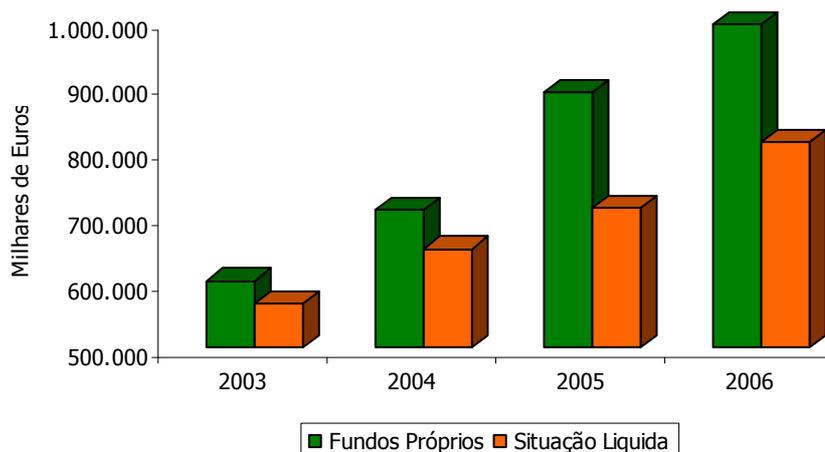
Nos últimos anos o Crédito Agrícola, no quadro do Programa de Modernização que decidiu levar a cabo, desenvolveu outros canais para melhorar o serviço prestado aos associados e clientes e facilitar o acesso, por parte destes, ao Grupo. Merecem especial destaque, quanto a este ponto, o serviço de Internet banking, designado CA-0n Line, cujo número de aderentes já atinge cerca de 155.000 clientes, e o serviço de banca telefónica, designado por Linha Directa, também crescentemente utilizado pelos clientes, tendo sido de 250.000 o número total de contactos recebidos em 2007.

Os aspectos referidos ganham ainda maior relevância se atendermos a que as quotas de mercado do Crédito Agrícola são naturalmente prejudicadas pelo facto de a presença do Grupo nos grandes centros de Lisboa e Porto, e mesmo noutros centros urbanos, ser pouco expressiva. Nas outras regiões do país, com excepção da Madeira, o Crédito Agrícola tem em geral uma forte presença, chegando a representar, em alguns distritos, mais de 30% da rede bancária local, com quotas de mercado desta ordem de grandeza, ou acima, ao nível de muitos concelhos.

Considerando os principais indicadores de desempenho habitualmente usados no sector bancário, o Crédito Agrícola continua a posicionar-se bem, face aos seus

principais concorrentes, em diversos aspectos chave, como sejam a solvabilidade (rácio de mais de 13%), a rentabilidade dos activos (de cerca de 1%) e o rácio de eficiência (à volta de 53%) - em que a posição do Crédito Agrícola é favorável em comparação com a média do sector bancário nacional.

Evolução dos Fundos Próprios e da Situação líquida do GCA



Nos últimos exercícios, o Crédito Agrícola consolidou a sua posição no sistema financeiro nacional, não só em resultado da evolução favorável nas condições de exploração da Caixa Central e das empresas do Grupo, mas também em resultado do vasto processo de reorganização e de reestruturação ao nível das Caixas Associadas.

Esta evolução está bem reflectida nos fundos próprios consolidados, porventura o indicador que melhor revela a crescente solidez do Grupo, que aumentaram em mais de 300 milhões de euros entre o final de 2003 e finais de 2006³, altura em que atingiam mais de 1.000 milhões de euros, e no valor do activo líquido consolidado que atinge já quase 10,5 mil milhões de euros.

³ O valor dos fundos próprios em 2007 não é comparável ao de 2006 em virtude de alteração do plano contabilístico (NIC em vez de PCSB).

Na actual conjuntura do mercado bancário, é também importante destacar a posição particularmente forte do Crédito Agrícola em termos de liquidez, a qual se manifesta na sua situação credora, face a outros bancos de primeira linha. Com efeito, em finais de 2007, o Crédito Agrícola detinha, em termos líquidos, créditos sobre outros bancos de referência num montante que excedia os 1.200 milhões de euros, o que lhe confere, neste domínio, um lugar único no conjunto dos principais grupos bancários nacionais.

No tocante ao exercício de 2007, e embora não esteja concluído o fecho das contas consolidadas, pode desde já adiantar-se que na actividade bancária – que grosso modo coincide com o SICAM – os resultados líquidos deverão exceder os 100 milhões de euros, apesar de o exercício ter sido penalizado por alterações gravosas na legislação fiscal relativa ao regime das provisões.

Na actividade seguradora, por outro lado, que neste momento já atinge uma expressão bastante significativa, os resultados líquidos acumulados das duas companhias – CA Seguros e CA Vida – vão ultrapassar os 8 milhões de euros, repetindo-se assim o bom desempenho dos últimos exercícios.

Registaram igualmente evolução positiva a CA Consult – a unidade de consultoria financeira do Grupo que tem vindo a apoiar empresas clientes em processos de reestruturação e na preparação de projectos de investimento – e a CA Gest, a sociedade especializada em gestão de activos e de fundos de investimento.

O Conselho de Administração Executivo da Caixa Central é presidido pelo Sr. Dr. Costa Pinto, acompanhado por técnicos com larga experiência na área financeira, tendo desempenhado anteriormente altos cargos noutros Grupos Económicos. O Conselho Geral e de Supervisão é presidido pela Caixa de Pombal, cabendo a este órgão a responsabilidade de, em linhas gerais, definir a estratégia, orientação e acompanhamento do Grupo, órgãos que merecem da nossa parte a máxima confiança.

III. ACTIVIDADE PRÓPRIA DA CAIXA

III. ACTIVIDADE PRÓPRIA DA CAIXA

1 - Introdução

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a Direcção apresentar o seu Relatório e Contas do Ano 2007.

À semelhança dos anos transactos a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal continua a desenvolver de forma equilibrada a sua actividade.

Com uma fortíssima concorrência no sector, a Caixa de Pombal, até este momento, tem mantido a preferência dos seus clientes o que lhe permitiu continuar a crescer de forma sustentada, mantendo-se a sua quota de mercado num valor superior a 30%.

Crescimento nos vários domínios: Depósitos, Crédito, Fundos de Investimento, etc., alguns dentro dos parâmetros normais e outros acima da média da actividade, incluindo as campanhas que ao longo do ano vão surgindo.

Seguindo orientações da Caixa Central, vem dando a máxima importância à Margem Complementar, nomeadamente na dinamização da venda cruzada com a venda de seguros vida e não vida.

Durante o ano de 2007, abrimos as novas instalações do balcão de Condeixa e procedemos à abertura do Balcão da Sra. de Belém.

Também durante o ano a Caixa esteve presente, com pavilhão próprio, nas feiras principais e emblemáticas dos quatros concelhos do nosso âmbito territorial.

Foi o segundo ano de vivência com a Caixa incorporada de Vila Nova de Anços, cujos resultados são positivos e começam a ser visíveis. Desta forma, está a resultar um maior crescimento, tirando proveito de uma área mais abrangente, utilizando as sinergias existentes e com consequentes economias de escala.

Relativamente ao espaço anexo ao edifício sede que pretendíamos adquirir para seu alargamento, com vista à instalação de alguns serviços a descentralizar pela Caixa Central, bem como espaços para novos Departamentos e alargamento de outros, as negociações foram suspensas.

Encontra-se em fase de conclusão a construção de dois pavilhões na Zona Industrial da Formiga para transferência do arquivo morto e economato, não só para libertar espaço no edifício sede, mas também para melhor acondicionamento de documentos e materiais.

Conforme consta do Plano de Actividades para o ano em curso, procedemos às comemorações do 90º aniversário que se prolongaram ao longo do ano. Pretendeu-se com as mesmas não só comemorar a efeméride, mas também dar maior visibilidade ao Crédito Agrícola junto das camadas mais jovens através de iniciativas junto da comunidade escolar. Neste âmbito foram levadas a efeito diversas iniciativas, destacando-se as seguintes: Assinatura do Protocolo com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Organização do Prémio “As Energias Alternativas e a Sustentabilidade da Economia Portuguesa”; Organização do Concurso de Desenho “Poupar o Ambiente”; e Concerto da Orquestra da Filarmónica Artística Pombalense.

No ano de 2007 a Caixa de Pombal foi agraciada pelas seguintes instituições: Câmara Municipal de Pombal, com a atribuição da Medalha de Ouro; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, com a atribuição do Crachá de Ouro da Liga; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, com a atribuição da Medalha de Ouro da Liga; e também da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure a distinção como Sócio Benemérito.

Colaboramos com as várias instituições do concelho, nomeadamente as de solidariedade social, pois continuamos a entender que somos um banco local e como tal temos o dever de colaborar com tudo o que seja de interesse para a sua população.

Ainda no ano 2007 levamos a efeito a realização do XXVI Encontro Nacional do Crédito Agrícola, que se realizou no Pavilhão da Expocentro em Junho.

As nossas relações com as empresas do grupo e com as estruturas cooperativas tem sido de uma grande colaboração, pelo que temos a Presidência da Mesa da Assembleia Geral da Crédito Agrícola Vida, fazemos igualmente parte do Conselho de Administração da CA Gest. Também, como é sabido a Caixa de Pombal continua representada nos Órgãos de Gestão Centrais, onde pensamos, passe a imodéstia, tem dado um significativo contributo.

2 - Actividade Financeira

2.1 - Breve Análise

À semelhança dos anos anteriores, continuámos a procurar oferecer aos nossos associados e clientes novos produtos e serviços. Com uma oferta financeira global, com um reforço da venda cruzada, nomeadamente a disponibilização de produtos financeiros das empresas do Grupo, destacando-se, entre outros, os fundos de investimento, gestão do património, Acções e outras, Obrigações de Caixa, títulos de investimento, seguros dos ramos reais e vida, PPI, Locação Financeira, ALD, Produtos para Não Residentes, etc. Não deixando de referir, as várias campanhas – 18 campanhas do CA – que ocorreram ao longo do ano.

Foram criados e ou relançados vários produtos, nomeadamente o Super Depósito, Super Depósito Crescente e o Rendimento Duplo. No seguimento da particular atenção que o marketing do Grupo tem dedicado aos jovens, com diversos produtos. A Caixa de Pombal fez o encerramento da campanha do *Sorteio Nova Geração / Poupança Futuro* com um grande sorteio final, de acordo com o que se pode avaliar, os resultados superaram as expectativas.

Paralelamente às campanhas lançadas pelo CA a nível nacional, a Caixa de Pombal lançou o Concurso do Comércio Local em parceria com os comerciantes, fez a apresentação pública do cartão Co-Branded BALVERA, e no âmbito das comemorações do seu 90º aniversário, lançou várias iniciativas, nomeadamente: a assinatura do Protocolo com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; a organização do

Prémio “As Energias Alternativas e a Sustentabilidade da Economia Portuguesa”; e a organização do Concurso de Desenho “Poupar o Ambiente”.

Voltando às campanhas lançadas a nível nacional, começamos por referir a campanha “Regresso às Aulas”, sendo a campanha que envolveu mais meios, com o objectivo principal de divulgar a imagem institucional do Grupo Crédito Agrícola junto do segmento jovem, promovendo em simultâneo o Crédito Pessoal à taxa 0% para fins destinados à actividade escolar.

Tivemos perante uma campanha multimédia – TV, Rádio e Jornais – que contou pela primeira vez, no Crédito Agrícola, com uma figura pública.

Igual destaque mereceu também, a campanha Crédito Habitação, nos meios de comunicação – Rádio, Imprensa e *Mupis* – onde se pretendeu promover este produto e mostrar ao público em geral que o CA também tem uma solução muito competitiva Banca/Seguros.

Destaque ainda para outra campanha – SDI – também esta multimédia – TV, Rádio e Jornais – onde se procura reforçar as características do novo posicionamento do Grupo: Modernidade, Âmbito Nacional e Oferta diversificada de Produtos e Serviços com vista à satisfação total dos Clientes.

O serviço de Internet Banking – CA On-Line - ao qual se acede através do site do Crédito Agrícola e o novo serviço de banca automática – Balcão 24 – estes serviços permitem a realização, com grande conveniência para os clientes, de um vasto leque de operações bancárias sem recurso aos balcões, facilitando assim consideravelmente a relação do cliente com a sua caixa. Durante o ano de 2007, O CA On-Line disponibilizou novas funcionalidades ou melhorou as existentes. O Serviço On-Line Empresas teve a primeira fase de desenvolvimento no 1º semestre e consistiu fundamentalmente na disponibilização aos Clientes Empresa de um novo processo de adesão, na melhoria das funcionalidades disponíveis na anterior aplicação e no lançamento de novas funcionalidades, destacando as Transferências Internacionais e as Consultas de Operações com o Estrangeiro.

O Serviço On-Line Particulares, no último trimestre de 2007, foi dotado de mais e melhores funcionalidades, destacando-se as transacções em Bolsa, Consultas e Reforços de Depósitos a Prazo e Poupanças, Pagamentos de TSU e Débitos Directos.

Para promover a divulgação dos serviços do CA On-Line, decorreu uma campanha de Canais Complementares entre Julho e Setembro. Esta campanha tinha como objectivos adicionais alargar a base de Clientes aderentes ao Sistema MultiCanal (Linha Directa e On-Line).

Durante o ano de 2007, só na Caixa de Pombal, o CA On-Line teve um crescimento de 41%, ou seja, passou de 5.942 para 8.353 adesões. A repartição do serviço é a seguinte: 7.634 – On-Line Particulares e 719 – On-Line Empresas.

No que concerne ao Serviço Balcão 24, que foi lançado nos finais de 2004, contava em Dezembro do ano passado com 136 equipamentos instalados. Só a Caixa de Pombal tinha sete máquinas Balcão 24, ou seja, instalou três durante o ano de 2007. Verifica-se uma média mensal de 4.819 transacções por equipamento e durante todo o ano registaram-se 335.238 transacções.

No domínio dos Meios Electrónicos de Pagamento, estamos a assistir ao impacto das alterações estruturais no mercado de pagamentos europeu com a criação da SEPA (Single European Payments Área). Refira-se, que o CA foi um dos nove bancos escolhidos para participar na avaliação que procura identificar os impactos a nível de negócio e na vertente tecnológica.

Em termos gerais, a actividade desenvolveu-se de forma positiva durante o ano findo, destacando-se os aspectos mais relevantes: *i) Cartões de Débito e de Crédito* – a Caixa de Pombal fez a apresentação pública do Cartão Cobranded, lançado em parceria com uma empresa de Pombal (Balvera); o estudo da Nova Imagem dos Cartões CA, visando a coerência da imagem dos cartões, com a nova imagem do Crédito Agrícola; a migração para o CHIP/EMV dos Cartões de Crédito Classic e Premier; a negociação de um novo Pacote de Seguros com a CA Seguros, oferecendo maior comodidade, inovação e segurança ao Cliente; a criação de novos Programas de Fidelização; o lançamento

inovador no mercado português dos Cartões Verticais (BeFree e Super Jovem); a realização da Campanha da Nova Imagem dos Cartões; as promoções de Produtos não Financeiros, com vista ao incentivo à utilização dos cartões de crédito. No final de 2007 tínhamos mais de 30 mil cartões ;

ii) Redes de ATM e TPA – o parque de ATM da Caixa de Pombal integradas na rede Multibanco atingiu no final de 2007 os 44 equipamentos, o que corresponde a um crescimento de cerca de 16%; a instalação de Terminais de Pagamento Automático continuou a registar um crescimento muito positivo – 23% - tendo-se atingido 525 terminais (propriedade da Caixa de Pombal).

O volume do Contrato de Agência observou um decréscimo para pouco mais de 10 milhões, contra 14 milhões no ano anterior. Como perspectivamos em Relatórios anteriores, as transformações que tem acontecido no Crédito Agrícola têm contribuído para tal.

Na Área do Internacional, a Caixa Central tem procurado melhorar o serviço. A actividade de *Correspondent Banking* concentrou-se na análise de oportunidades de redução de custos pela via da renegociação de condições com os bancos correspondentes.

A actividade internacional, no que concerne ao relacionamento com outras instituições, ficou condicionada pela agitação dos mercados internacionais e pelas alterações regulamentares decorrentes do Acordo de Basileia II. Tendo sido considerada a análise de risco de contraparte como uma prioridade.

AERE – Área da Emigração e Representações Exteriores, criada no ano anterior, está essencialmente vocacionada para o incremento e desenvolvimento do segmento dos clientes não residentes em Portugal, tendo como objectivos: alargar a base de clientes; explorar nichos de mercado ao nível de produtos e serviços especializados e dedicados a emigrantes, imigrantes, empresas não residentes e mercados externos; funcionar como antena de captação e detecção de oportunidades de negócios; e a gestão de negócio no segmento de não residentes.

Em 2007 o volume de remessas cresceu 13,6%, aumentando a quota de mercado do Grupo Crédito Agrícola para 12,8%. Importa também destacar o trabalho que tem sido desenvolvido na gestão e aperfeiçoamento dos protocolos de cooperação com os nossos correspondentes na Europa, com vista à obtenção de serviços de melhor qualidade a preços mais baixos.

No que concerne aos Depósitos em *Off-Shore*, fruto das Sucursais (SFE) criadas, a captação de recursos passou de 381 mil euros para 15.860 mil euros, o que representa um crescimento surpreendente! Acresce referir, que a SFE de Cabo Verde tem procurado desenvolver uma actividade muito intensa, funcionando como um pólo de difusão da imagem do Crédito Agrícola e captação de negócio. Também em Cabo Verde, foi criada uma sociedade de gestão de activos, que conta já com alguns projectos de gestão de fundos mobiliários e imobiliários.

Em 2007 os Fundos de Investimento cresceram 13%, isto é, passaram de 22.304 mil euros em 2006 para 25.219 mil euros em 2007. Contribuíram para aquele crescimento o lançamento de novos produtos, nomeadamente fundos especiais de investimento e produtos estruturados, campanhas e a dinamização da gestão de carteiras.

2.2 - Operações Activas

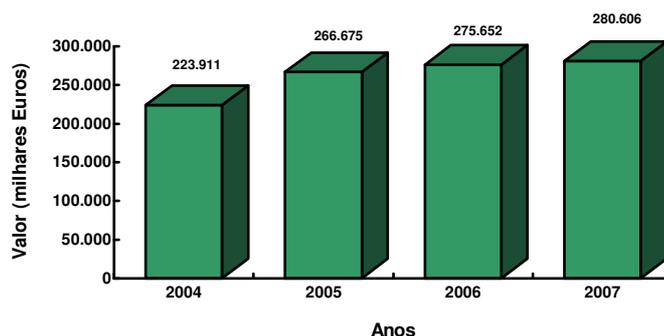
A Carteira de Crédito Concedido, cresceu apenas 3%, à semelhança do ano anterior. O crédito por assinatura teve um decréscimo de cerca de 27% em 2007, tendo crescido 7% no ano anterior.

Dentro do crédito concedido, o maior crescimento registou-se nos empréstimos a curto prazo – assistindo a alguma transferência para aqueles dos empréstimos a médio/longo prazo -, seguindo-se os descobertos e depois as contas correntes.

Os empréstimos a médio/longo prazo reduziram 9,8% e, no ano anterior tinham crescido percentagem semelhante. Já o desconto comercial teve um ligeiro acréscimo.

O Crédito à Habitação no ano em análise teve um crescimento de 2.841 mil euros, o que representa em termos relativos um crescimento de 4,1%.

Crédito Concedido



Seguindo a tendência do mercado e, à semelhança dos anos anteriores, foram-se ajustando as taxas de juro das operações activas, de acordo com as instruções da Caixa Central.

No que respeita à apreciação, análise e concessão de crédito, continuamos nos moldes dos anos anteriores, com um reforço cada vez maior na análise de risco, como tem sido referido nos relatórios dos anos anteriores. Sempre com muita prudência, o que tem contribuído para a manutenção do crédito vencido com baixos valores. Ao longo do ano, os cuidados foram sendo redobrados.

As transformações que tem acontecido no Crédito Agrícola, têm contribuído para uma melhor consolidação e crescimento.

2.3 - Recursos Financeiros

Tal como nos anos anteriores, os Recursos Financeiros continuam a crescer – mesmo tendo presente a modesta evolução da conjuntura – na ordem dos 12%. Além

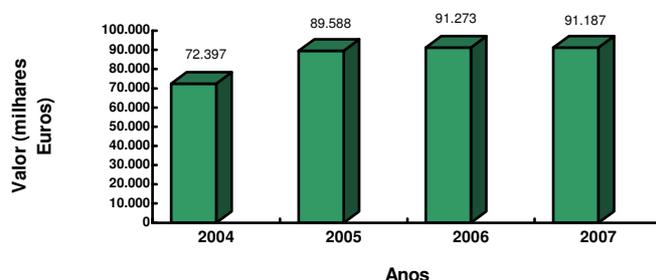
do mais, importa destacar o valor de recursos captados para empresas do Grupo, que não fazem parte do nosso Balanço. Estamos a referir-nos aos fundos de investimento, aos títulos de investimento e aos depósitos *Off-Shore*, entre outros, que só para estes três ascendem a mais de 50 milhões euros.

Mais um ano após a fusão, os depósitos à ordem e a prazo continuam na senda do crescimento, com valores na casa dos 5%. Estamos, parece-nos, com crescimentos interessantes tendo presente a grande procura de depósitos por parte dos outros bancos, que chegaram a oferecer taxas de juro muito acima da Euribor, para não perder ou conquistar novos clientes. Contudo, mesmo com aquele contexto, o nosso crescimento continuou sustentado.

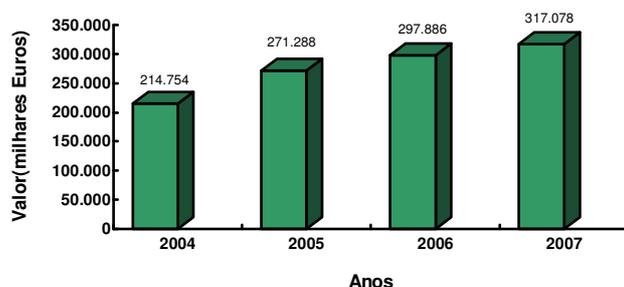
A distribuição dos Recursos Alheios teve uma ligeira variação de cerca de 1% no sentido dos depósitos a prazo, ou seja, estes passaram a representar 77,6%, contra 76,5% no ano de 2006. Nesta distribuição de recursos captados, não estão incluídos os fundos de investimento, os títulos de investimento e os depósitos em *Off-Shore*.

No fim do ano de 2007, tínhamos de recursos captados mais de 408 milhões de euros, se juntarmos os recursos captados para as (algumas) empresas do Grupo – 50 milhões de euros – ficamos com cerca de 460 milhões de euros.

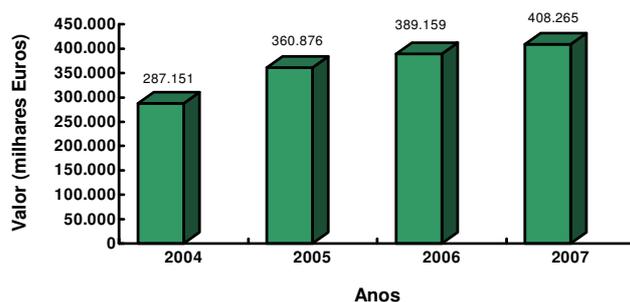
2.3.1 - Depósitos à Ordem



2.3.2 - Depósitos a Prazo



2.3.3 - Depósitos Totais



Comparação de Depósitos à Ordem vs Depósitos a Prazo

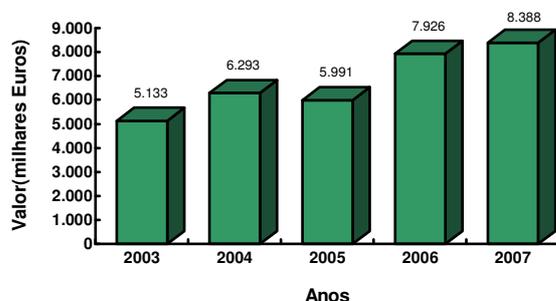
	2003	2004	2005	2006	2007
D.O.	25,35%	25,21%	24,80%	23,50%	22,30%
D.P.	74,65%	74,79%	75,20%	76,50%	77,70%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os valores apresentados, como é referido, são valores após fusão.

2.4 - Outros Indicadores

CASH FLOW (LÍQUIDO) (1)

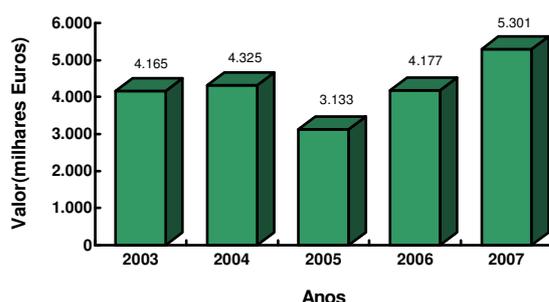
Como se pode verificar pelo gráfico abaixo, o C.F. (Líquido) tem crescido ao longo dos anos, com exceção no ano da fusão (2005). Em 2007 teve um crescimento de 6%.



(1) - Resultados Líquidos + Amortizações + Δ Provisões.

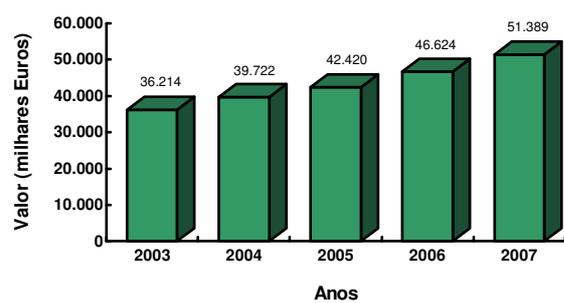
RESULTADOS LÍQUIDOS

Os Resultados Líquidos do Exercício atingiram o montante de 4.325 mil euros, no ano de 2004. No ano da fusão recuaram para 3.133 mil euros. Depois, nos anos seguintes continuaram a crescer sustentadamente, com se pode observar pelo gráfico abaixo.



CAPITAIS PRÓPRIOS ⁽²⁾

Os Capitais Próprios também continuam a crescer, consistentemente, ano após ano. No ano de 2007 cresceram mais de 10% e a sua rentabilidade ultrapassou os 10%.



(2) - Inclui os resultados líquidos do exercício.

IV. RECURSOS HUMANOS

IV. RECURSOS HUMANOS

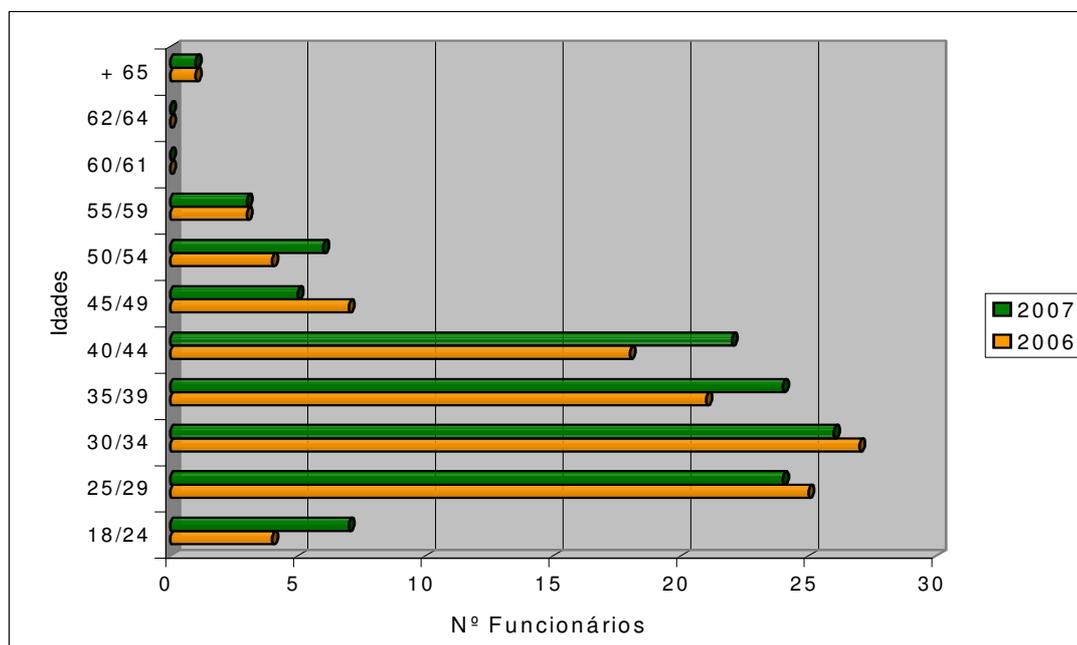
A área de Recursos Humanos, como temos mencionado em trabalhos anteriores, tem vindo a introduzir e/ou melhorar regras e normas com vista a uma melhor harmonização e racionalização dos mesmos, com a correspondente melhoria do desempenho.

O ano de 2005 foi um marco na história desta Instituição, realizou a fusão com a Caixa de Vila Nova de Anços. Pois, para qualquer organização as pessoas devem ser o recurso mais importante e, como é sabido, a sua aculturação nem sempre é fácil. No nosso caso, o processo decorreu da melhor forma, para tal terá contribuído a cuidada preparação que foi feita, com o envolvimento das pessoas.

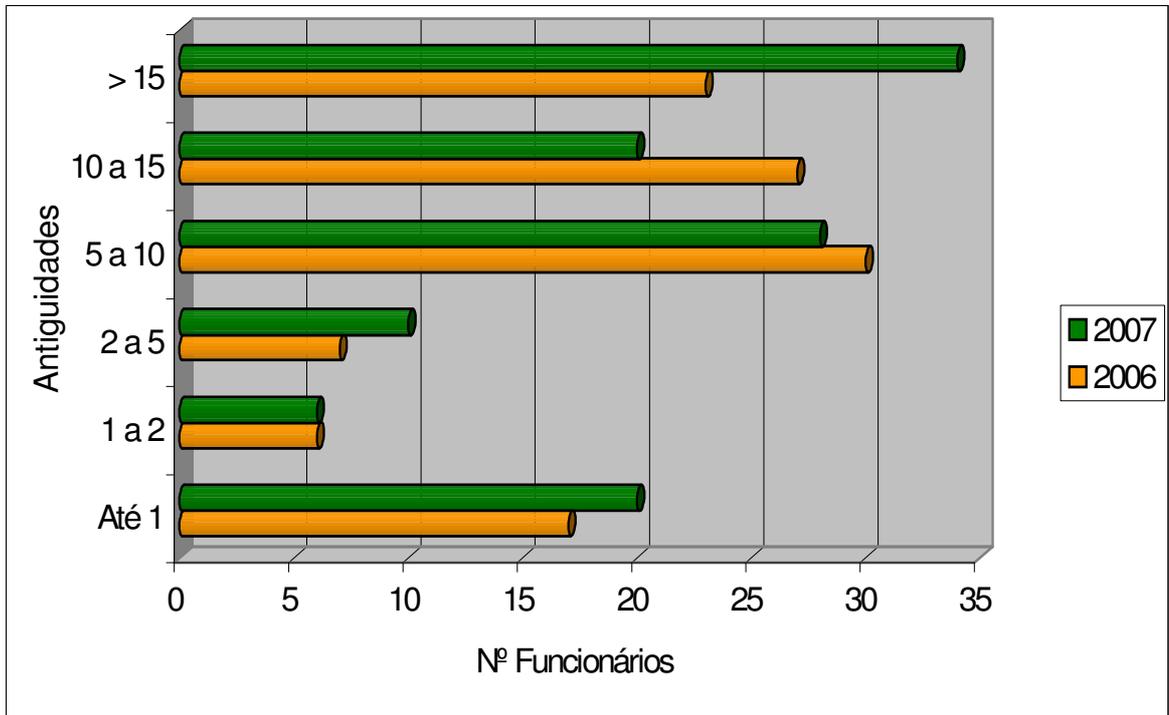
Assim, o movimento de pessoal foi o seguinte: houve onze admissões, e três demissões ao longo do ano de 2007, ou seja, tínhamos 110 colaboradores no início e ficamos com 118 no fim do ano. Para além disso, temos uma pessoa com baixa prolongada e outra com licença sem vencimento. A média etária mantém-se nos 35 anos e a antiguidade média nos 10 anos.

Os custos com pessoal da Nova Caixa situaram-se nos 4.075 mil euros.

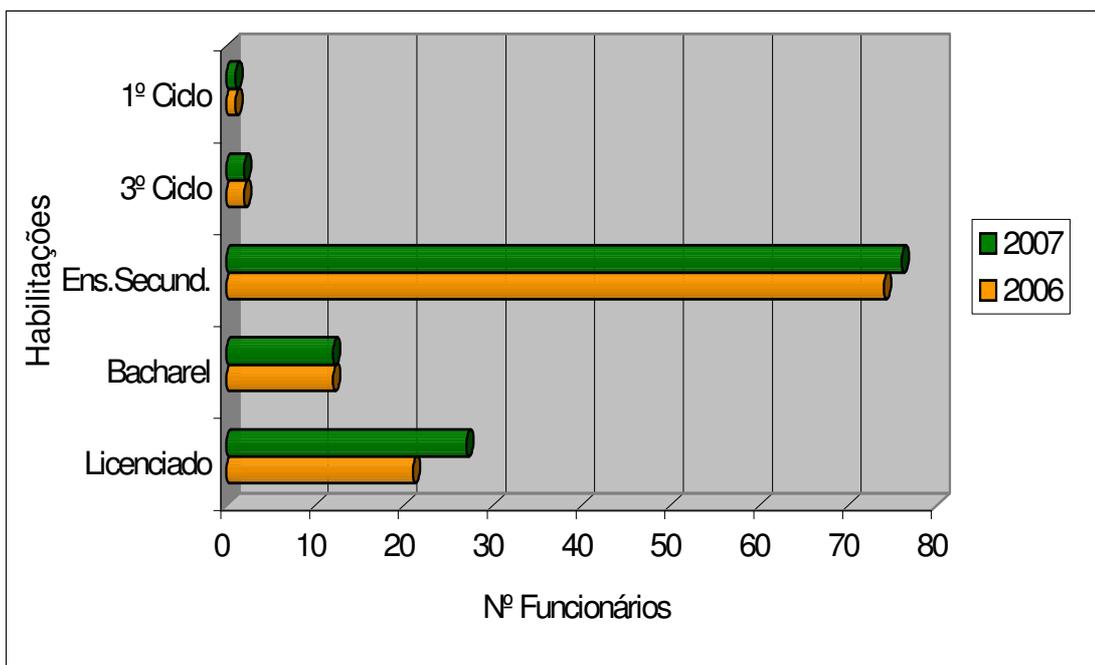
1 - Estrutura Etária do Pessoal



2 - Nível de Antiguidade do Pessoal



3 - Nível de Habilitações



A **FORMAÇÃO** continua a ser uma grande aposta de todo o Grupo Crédito Agrícola. Para a Caixa de Pombal também é uma aposta permanente, pois continuamos com o mesmo espírito, procurando sempre reforçar a componente da formação, pois só com pessoas devidamente formadas podemos estar em pé de igualdade com os outros bancos e prestar aos nossos clientes um serviço de valor acrescentado.

Com o aparecimento do Centro de Formação (DRH), a formação passou a ser feita principalmente por este. Com formadores internos ou recorrendo, pontualmente, a externos.

No sentido de alargar ainda mais a sua actividade e, correspondendo a uma proposta da Caixa Central / DRH, a Caixa de Pombal aceitou acolher um "Espaço Regional" do Centro de Formação do Crédito Agrícola, disponibilizando para o efeito as suas instalações.

Assim, a Caixa de Pombal participou em 26 acções de formação, envolvendo praticamente todos os seus colaboradores, conforme quadro abaixo:

Nº	Ação de Formação	NºParticipantes	Horas(Total)	Obs.
1	Controlo de Crédito e Cobranças	1	30	
2	Curso Complementar de Banca	1	15	<i>Curso com início em 2006</i>
3	Curso de Fundamentos de Banca	6	1251	<i>Curso com início em Set/2006 e Fev/2007</i>
4	Curso Risco de Crédito - Formação Qualificante	5	75	<i>Curso com início em 2006</i>
5	Encontro de Partilha de Experiências - Actividade Comercial	2	12	
6	Encontro de Utilizadores do CAMRH	3	18	
7	FORBASIC - Formação de Base para Novos Empregados	2	280	
8	FORCOORD - Formação para Coordenações	14	588	
9	Formação Interna - Produtos CA TOP Capital, Leasing Automóvel e Plano Reforma Investimento	72	144	
10	IAS/IFRS - Esclarecimento de dúvidas	7	98	
11	III Encontro de Quadros do Crédito Agrícola	4	28	
12	Mediadores de Seguros Ligados - Ramo Vida e Ramo Não Vida	7	140	
13	Prevenir e Detectar a Fraude em Cartões e Pagamentos Online	1	13	
14	Programa Formativo "Saberes +"	9	1260	
15	Projecto ELO - Base de dados de Cliente Grupo	107	321	
16	Registos e Notariado	5	70	
17	Reunião Médicis - Produto CA Saúde	79	118,5	
18	Seminários de Boas Práticas	3	18	
19	Sessões de Divulgação - "CA Rendimento Duplo 2007"	2	6	
20	Sessões de Divulgação - "Conhecimento da Nota Euro"	35	105	
21	Sessões de Divulgação sobre "Imparidade"	10	30	
22	Sessões de Esclarecimento " Canais Complementares"	2	6	
23	Sessões de Divulgação sobre "Soluções de Investimento CA GEST"	2	6	
24	Sessões de Divulgação sobre "Leasing Automóvel"	4	10	
25	Sessões de Esclarecimento sobre "Imparidade"	12	24	
26	Time Manager e MS Outlook	25	425	
	Total	420	5.091,5	

Das acções indicadas, importa destacar a FORBASIC, a FORCOORD e o Programa Formativo "Saberes+". Tratam-se de acções de formação de muita importância, sendo a primeira destinada a novos empregados, a segunda a coordenadores e a terceira a pessoas com alguma experiência / antiguidade. São também estas as de maior duração.

À semelhança dos anos transactos, os colaboradores da Caixa de Pombal também frequentaram cursos de ensino à distância, nomeadamente Fundamentos/Complementos de Banca e Formação Qualificante.

No que respeita a formação superior, tivemos várias pessoas a frequentar licenciaturas e pós-graduações, procurando a Caixa de Pombal apoiar e participar, dentro de programas definidos.

Em paralelo à formação mencionada, continuamos a realizar acções/sessões de formação e esclarecimento internas. Não podemos deixar de registar com agrado, a boa vontade e empenho por parte de todos, de um modo geral.

Durante o ano de 2007, o investimento em formação ascendeu a 33 mil euros, sem considerar a participação do Fundo de Formação do Crédito Agrícola.

V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Pombal

Demonstração Resultados em base individual em 31 de Dezembro de 2007

	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	25.515.464	20.754.452
Juros e encargos similares	9.696.164	6.873.687
Margem Financeira	15.819.300	13.880.765
Rendimentos de instrumentos de capital	8.271	5.875
Rendimentos de serviços e comissões	3.168.216	2.694.405
Encargos com serviços e comissões	528.066	428.955
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(233.479)	
Resultados de reavaliação cambial	12.833	12.358
Resultados de alienação de outros activos	(215.349)	53.212
Outros resultados de exploração	(239.057)	(270.075)
Produto bancário	17.792.670	15.947.586
Custos com o pessoal	4.075.343	3.720.300
Gastos gerais administrativos	3.470.221	3.050.674
Amortizações do exercício	495.302	483.076
Provisões líquidas de reposições e anulações	31.187	220.963
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	2.518.092	3.027.957
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		17.647
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	42.844	
Resultado antes de impostos	7.159.681	5.426.969
Impostos correntes	3.053.014	1.250.411
Impostos diferidos	(1.194.154)	
Resultado após impostos	5.300.822	4.176.558
do qual: Result. Líq. após impostos de operações descontinuadas	(246.478)	

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Ao abrigo dos Artº 34º e 35º dos estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, propõe esta Direcção, a aprovação em Assembleia Geral, da seguinte proposta de aplicação de Resultados Líquidos em 31 de Dezembro de 2007, no montante de 5.300.821,56 €.

Resultados Transitados	552.579,07 €
Reserva Legal	1.060.170,00 €
Reserva Especial	3.555.572,49 €
Reserva para Educação e Formação Cooperativa	2.500,00 €
Reserva para Mutualismo	130.000,00€
	<hr/>
	5.300.821,56 €

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL, 3 de Março de 2008.

A Direcção

*Diamantino Manuel de Jesus Leal (Dr.)
Heitor Fernando dos Reis e Silva
Manuel Gonçalves de Oliveira
Carlos Alberto Courelas
Joaquim Ferreira Leal*

VII. NOTAS FINAIS

VII. NOTAS FINAIS

A análise e avaliação dos elementos que integram este Relatório e Contas permitem-nos constatar e concluir que os principais objectivos definidos no Plano de Actividades aprovado para este exercício económico, foram atingidos.

Assim, aos nossos associados e clientes, reiteramos o nosso apreço pela confiança com que nos têm distinguido.

Antes de terminar, uma palavra de gratidão à Gerência e a todos os Colaboradores, pela dedicação e sentido de responsabilidade demonstrada, que é sempre um factor determinante para que esta Caixa continue no bom caminho.

A constatação da dedicação leva a que a Direcção proponha uma recompensa monetária a todos os que contribuíram para os resultados, pois sem o seu esforço não seria possível alcançá-los e dos quais muito nos orgulhamos, pois fazemos parte das Instituições que dentro de todo o universo do Crédito Agrícola melhores resultados obtém.

Uma palavra de agradecimento, à Caixa Central e aos seus vários Departamentos, ao Banco de Portugal e às Empresas do Grupo Crédito Agrícola.

Ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia-geral pela colaboração que sempre solicitada, nos prestou.

A todos os que trabalham na Conservatória do Registo Predial, nos Cartórios Notariais de Ansião, Pombal, Soure, Penela e Condeixa e Serviços de Finanças, o nosso muito obrigado pela sua disponibilidade em nos atender sempre que necessitamos.

Finalmente um agradecimento à Câmara Municipal de Pombal, Soure, Condeixa e Penela pela disponibilidade que sempre manifestaram em tudo o que lhes solicitamos.

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL, 3 de Março de 2008.

A Direcção

Diamantino Manuel de Jesus Leal (Dr.)

Heitor Fernando dos Reis e Silva

Manuel Gonçalves de Oliveira

Carlos Alberto Courelas

Joaquim Ferreira Leal

VIII. PARECER DO CONSELHO FISCAL

VIII. PARECER DO CONSELHO FISCAL

ACTA DE 19/03/2008

No dia dezanove de Março de dois mil e oito, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu nesta cidade e Sede da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, os membros do Conselho Fiscal, Senhores Manuel de Jesus Ferreira Escalhorda, Manuel dos Santos Monteiro e Maria de Fátima M. Cardoso Nunes que decidiram e assinam:

Relatório e Contas da Gerência de 2007:

Na posse de toda a documentação relativa às contas da Gerência facultada pela Direcção, foram as mesmas apreciadas, tendo-se verificado a sua conformidade com as boas regras de gestão e economia, decidiu:

1º - Que seja aprovado o Relatório e as Contas da Direcção referentes ao ano de 2007.

2º - Que seja aprovada a proposta da Direcção para aplicação do resultado do Exercício no montante de 5.300.821,56 euros, nos termos seguintes:

Resultados Transitados	552.579,07 €
Reserva Legal	1.060.170,00 €
Reserva Especial	3.555.572,49 €
Reserva para Educação e Formação Cooperativa	2.500,00 €
Reserva para Mutualismo	130.000,00 €

3º - O Conselho Fiscal congratula-se pelos óptimos resultados conseguidos neste ano economicamente difícil;

4º - Propomos um voto de louvor à Direcção pelo empenhamento, lealdade e capacidade demonstrados na gestão e administração desta Instituição.

5º - Propomos um voto de louvor a todos os funcionários que nesta trabalham pelo esmero e profissionalismo demonstrados.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

O Conselho Fiscal

Manuel de Jesus Ferreira Escalhorda

Manuel dos Santos Monteiro

Dra. Maria de Fátima M. Cardoso Nunes

IX. ANEXOS

ANEXO A

MOVIMENTO DE SÓCIOS DURANTE O ANO DE 2007

<u>Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2006</u>		16.008		
<u>Admitidos durante o ano de 2007</u>		60		
		<hr/>		
<u>Demitidos a seu pedido no ano de 2007:</u>		16.068		
Sócio nº	5456	Balcão	Pombal	
Sócio nº 5789		Balcão	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 5905		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 5972		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6090		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6107		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6109		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6128		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6204		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6228		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6247		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6249		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6250		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6251		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6292		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6300		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6332		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6342		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6356		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 3658		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6366		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6377		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 6397		“	Vila Nova de Anços	
Sócio nº 8278		“	Pombal	
Sócio nº 8762		“	Pombal	
Sócio nº 11.169		“	Pombal	
Sócio nº 12.270		“	Pombal	
Sócio nº 12.325		“	Pombal	
Sócio nº 12.443		“	Pombal	
Sócio nº 12.625		“	Pombal	
Sócio nº 12.632		“	Pombal	
Sócio nº 12.694		“	Pombal	
Sócio nº 12.698		“	Pombal	
Sócio nº 12.699		“	Pombal	
Sócio nº 12.703		“	Pombal	
Sócio nº 12.715		“	Pombal	
Sócio nº 12.728		“	Pombal	
Sócio nº 12.741		“	Pombal	
Sócio nº 12.945		“	Pombal	
Sócio nº 12.628		“	Pombal	39
				<hr/>
<u>Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2007</u>		16.029		

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL, 3 de Março de 2008.

A Direcção

Diamantino Manuel de Jesus Leal (Dr.)

Heitor Fernando dos Reis e Silva

Manuel Gonçalves de Oliveira

Carlos Alberto Courelas

Joaquim Ferreira Leal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, com sede na Praça da República - Pombal (adiante apenas designada por “CCAM”) foi constituída em 1 de Maio de 1917. No ano de 2005 iniciou um processo de fusão com vista à incorporação da congénere de Vila Nova de Anços, que culminou com a realização da escritura de fusão no dia 14 de Outubro. Assim, o seu âmbito de acção e actividade, para além do concelho de Pombal, foi alargado aos concelhos de Soure, Condeixa-a-Nova e Penela, sendo a cobertura feita através de uma rede de 22 balcões ligados “on-line” entre si. A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo, ou não, também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados nos limites e condições previstos no Aviso nº 6/99 e na Instrução n.º 31/99 actualizada pela Instrução n.º 34/2000, do Banco de Portugal. Durante o ano de 2007 ocorreu a abertura do balcão Pombal – Sra. de Belém.

A CCAM faz parte do "Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo" (SICAM), que através da Caixa Central lhe garante, em sua representação, a ligação aos diferentes operadores de mercado.

As notas cujos números não são indicados neste Anexo não têm aplicação por inexistência ou imaterialidade dos valores a reportar.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;
- ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;
- iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro. Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

- iv) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.
- v) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios do IAS 19.

De acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro e nº 12/2005 de 30 de Dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para os IAS/IFRS pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 31 de Dezembro de 2011.

Em 2007 a Caixa apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2007, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção da Direcção da Caixa que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Comparabilidade da informação

Conforme permitido pelo Aviso nº 1/2005, a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo bem como as caixas de crédito agrícola mútuo do SICAM elaboraram até 31 de Dezembro de 2006 as suas demonstrações financeiras, em base individual, em conformidade com as normas constantes da instrução nº 4/96.

Em 2007 a Caixa apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA. Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2006 foram convertidas para NCA (demonstrações financeiras proforma).

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Caixa adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Caixa exerce controlo sobre a gestão das mesmas. As empresas associadas são entidades nas quais a Caixa exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análises de perdas por imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (activos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto no IAS 21.

d) Crédito e outros valores a receber

Conforme descrito na Nota 2.1 estes activos encontram-se registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo o método da taxa efectiva, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo. Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de:
 - . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;

- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003 os reforços desta provisão deixaram de ser aceites fiscalmente como custo.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

e) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados, passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na

rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que a Caixa optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse da Caixa mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

iv) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

vi) Imparidade em activos financeiros

A Caixa efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros com excepção de crédito a clientes e outros valores a receber, conforme referido na alínea d).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados.

f) Derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao

justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição a um determinado risco inerente à actividade da Caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, a Caixa reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas. As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pela Caixa com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados e os imóveis não são sujeitos a amortizações.

h) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Caixa para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade da Caixa, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a apurar perdas por imparidade.

Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

i) Activos tangíveis disponíveis para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados

como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade da Caixa, de acordo com o IAS 37 (Nota 30).

k) Benefícios de empregados

A Caixa subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades da Caixa com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades a Caixa integra o Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial S.A..

De acordo com os estatutos da Caixa, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é

posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado.

Para o tempo de serviço total, a data a considerar é a utilizada no cálculo do nível e diuturnidades, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do “Projected Unit Credit” para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

A Caixa regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscrito.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19.

l) Impostos sobre os lucros

A Caixa é tributada individualmente e está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de *goodwill*;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

3. INTRODUÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE AJUSTADAS

A aplicação das Normas de Contabilidade Ajustadas nas demonstrações financeiras teve um impacto global positivo nos capitais próprios da Caixa em 1 de Janeiro de 2007 no montante de 1.398.049 Euros, em relação ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB resultante dos seguintes efeitos:

		<u>Bruto</u>	<u>Fiscal</u>	<u>Líquido</u>
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2007 de acordo com o PCSB				<u>46.623.792</u>
Impacto da adoção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39:				
Activos tangíveis e imparidade	IAS 16 e 36	20.170	-4.764	15.406
Activos intangíveis	IAS 38			0
Responsabilidades com pensões	IAS 19			0
Prémio de antiguidade	IAS 19	380.455	-100.821	279.634
Encargos com saúde	IAS 19	497.255	-18.825	478.430
Impostos diferidos	IAS 12			0
Provisões	IAS 37	439.833	-99.490	340.343
Activos detidos para venda	IFRS 5			0
(...)				0
Aplicação do IAS 32 e do IAS 39				
Títulos de capital				0
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito		372.134	-87.898	284.236
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados				0
De cobertura				0
De negociação				0
Impacto na valorização dos elementos cobertos por derivados de cobertura				0
Mais valias potenciais				0
Reconhecimento de títulos detidos até à maturidade ao custo amortiz IAS 39				-
(...)				-
		<u>1.709.847</u>	<u>(311.798)</u>	<u>1.398.049</u>
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2007 de acordo com as NCA				<u>48.021.841</u>

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Caixa:		
Moedas nacionais	2.365.326	1.841.375
Moedas estrangeiras	82.090	35.458
	<u>2.447.416</u>	<u>1.876.833</u>
Depósitos à Ordem no Banco de Portugal	<u>-</u>	<u>-</u>
Disponibilidades sobre bancos centrais no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	-	-
Cheques a cobrar	-	-
Outras disponibilidades	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a receber	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.447.416</u>	<u>1.876.833</u>

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	6.583.492	3.157.500
Instrumentos de capital	-	-
Outros	-	-
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	-	-
Outros	-	-
Crédito e outros valores a receber	-	-
Imparidade	(251.126)	(17.647)
	<u>6.332.366</u>	<u>3.139.853</u>

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País:		
No Banco de Portugal:		
Mercado monetário interbancário	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Outras aplicações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Em outras instituições de crédito:		
Mercado monetário interbancário	-	-
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	160.350.090	149.875.841
Empréstimos	-	-
Operações de compra de acordo com revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	-	-
	<u>160.350.090</u>	<u>149.875.841</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro:		
Bancos Centrais:		
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Outras aplicações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Organismos financeiros internacionais:		
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Sucursais de outras instituições de crédito nacionais:		
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Em outras instituições de crédito:		
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisões	-	-
	<u>160.350.090</u>	<u>149.875.841</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Até três meses	88.196.193	98.051.556
Entre três meses e um ano	63.053.897	42.724.285
Entre um ano e três anos	9.100.000	9.100.000
Entre três e cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	-	-
	<u>160.350.090</u>	<u>149.875.841</u>
Juros a receber	1.428.414	916.717
	<u>161.778.504</u>	<u>150.792.558</u>

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazos		
Empréstimos à habitação bonificado	-	-
Empréstimos à habitação regime geral	-	-
Empréstimos com garantia real	-	-
Empréstimos sem garantia real	-	-
Contratos de locação financeira		
Clientes	-	-
CCAM	-	-
Empresas do grupo	-	-
Empréstimos subordinados (CA Seguros)	-	-
Curto prazo		
Outros créditos		
Cartão crédito	-	-
Outros créditos	-	-
Créditos em conta corrente		
Clientes	-	-
Empresas do grupo	-	-
Descobertos em depósitos à ordem		
Empresas do grupo	-	-
Outros residentes	-	-
	<u>257.034.036</u>	<u>251.212.459</u>
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo		
Empréstimos	-	-
Curto prazo		
Outros créditos		
Descobertos dep. ordem - não residentes	-	-
Outros créditos a clientes	-	-
	<u>631.287</u>	<u>182</u>
Juros a receber	<u>2.318.070</u>	<u>1.787.398</u>
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Correcções de valor dos activos que sejam objecto de cobertura	<u>-</u>	<u>-</u>
Total crédito não vencido	<u>259.983.393</u>	<u>253.000.039</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	12.191.220	9.939.771
Juros vencidos	352.836	124.697
Total crédito e juros vencidos	<u>12.544.056</u>	<u>10.064.468</u>
	<u>272.527.449</u>	<u>263.064.507</u>
<u>Provisões</u>		
Para crédito e juros vencidos	(7.319.397)	(8.903.807)
Para crédito de cobrança duvidosa	(1.125.765)	(340.970)
	<u>(8.445.162)</u>	<u>(9.244.777)</u>
	<u>264.082.287</u>	<u>253.819.730</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o prazo residual dos créditos a clientes apresenta a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Até três meses	-	-
Entre três meses e um ano	-	-
Entre um ano e três anos	-	-
Entre três e cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a composição de créditos a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Agricultura	-	-
Alimentos, bebidas e tabaco	-	-
Comércio	-	-
Construção	-	-
Engenharia	-	-
Madeira e cortiça	-	-
Serviços	-	-
Têxtil	-	-
Transportes e comunicações	-	-
Particulares:		
Habitação	-	-
Consumo	-	-
Outros	- *	- *
	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>0</u>	<u>0</u>

* Valor muito elevado, uma vez que é $\geq 10\%$ do total desta rubrica, pelo que pedimos para detalhar e se necessário para este efeito acrescentar linhas ao quadro. NOTA: O quadro não poderá ser reportado com *

Descrição	31-12-2006				Amortizações				Regularizações	Alienações e abates	31-12-2007
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Aquisições	Transferências	do exercício	Imparidade	Valor líquido			
Imóveis:											
De serviço próprio:											
Terrenos	396.000	-	-	23.750	-	-	-	-	-	(4.881)	414.869
Edifícios	4.652.625	(797.146)	-	161.536	-	(90.160)	-	-	-	(81.162)	3.845.693
Outros	2.590.789	(237.698)	-	187.339	-	(51.973)	-	-	-	-	2.488.457
Obras em imóveis arrendados	332.081	(35.867)	-	217.404	-	(8.723)	-	-	-	-	504.894
Outros imóveis	3.142	(2.273)	(870)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>7.974.637</u>	<u>(1.072.984)</u>	<u>(870)</u>	<u>590.029</u>	<u>-</u>	<u>(150.856)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(86.043)</u>	<u>7.253.913</u>
Equipamento:											
Mobiliário e material	836.197	(602.820)	(4.589)	51.233	-	(51.996)	-	-	-	-	228.024
Máquinas e ferramentas	205.414	(170.659)	-	13.229	-	(11.744)	-	-	-	-	36.241
Equipamento informático	2.119.985	(1.968.412)	41.852	137.608	-	(103.226)	-	-	-	(41.851)	185.956
Instalações interiores	444.601	(354.391)	(8.305)	10.918	-	(17.801)	-	-	-	-	75.021
Material de transporte	138.255	(121.712)	55.549	26.075	-	(26.254)	-	-	-	(28.281)	43.633
Equipamento de segurança	589.408	(389.412)	-	37.665	-	(36.553)	-	-	-	-	201.109
Outro equipamento	726.416	(578.859)	(24.870)	78.219	-	(50.051)	-	-	-	-	150.855
	<u>5.060.276</u>	<u>(4.186.265)</u>	<u>59.637</u>	<u>354.947</u>	<u>-</u>	<u>(297.625)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(70.132)</u>	<u>920.839</u>
Equipamento em locação financeira:											
Imóveis											
Equipamento	233.081	(131.134)	-	25.155	-	(42.697)	-	-	-	-	84.405
Outros activos em locação financeira	23.973	(8.068)	-	-	-	(3.288)	-	-	-	-	12.617
	<u>257.054</u>	<u>(139.202)</u>	<u>-</u>	<u>25.155</u>	<u>-</u>	<u>(45.985)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.022</u>
Outros activos tangíveis:											
Património Artístico											
Out. Activos tangíveis	1.099	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.099
	20.595	(8.068)	(10.501)	-	-	(324)	-	-	-	-	1.702
Activos tangíveis em curso											
	1.339.069	-	-	834.566	(599.117)	-	-	(214.257)	-	-	1.360.261
	<u>14.652.730</u>	<u>(5.406.519)</u>	<u>48.266</u>	<u>1.804.697</u>	<u>(599.117)</u>	<u>(494.790)</u>	<u>-</u>	<u>(214.257)</u>	<u>(156.175)</u>	<u>-</u>	<u>9.634.836</u>

Descrição	31-12-2005				Amortizações				Regularizações	Alienações e abates	31-12-2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Aquisições	Transferências	do exercício	Imparidade	Valor líquido			
Imóveis:											
De serviço próprio:											
Terrenos	409.842	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.842)	396.000
Edifícios	3.955.669	(688.168)	-	696.956	-	(77.271)	-	-	-	-	3.887.187
Outros	2.590.789	(217.698)	-	-	-	(51.708)	-	-	-	-	2.321.384
Obras em imóveis arrendados	332.081	(28.956)	-	-	-	(6.912)	-	-	-	-	296.213
Outros imóveis	3.142	(2.006)	-	-	-	(266)	-	-	-	-	870
	<u>7.291.523</u>	<u>(936.828)</u>	<u>-</u>	<u>696.956</u>	<u>-</u>	<u>(136.157)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.842)</u>	<u>6.901.654</u>
Equipamento:											
Mobiliário e material	792.906	(554.691)	-	43.291	-	(48.129)	-	-	-	-	233.376
Máquinas e ferramentas	201.981	(158.141)	-	3.433	-	(12.517)	-	-	-	-	34.755
Equipamento informático	2.022.087	(1.862.480)	-	97.898	-	(105.932)	-	-	-	-	151.573
Instalações interiores	429.087	(335.762)	-	15.514	-	(18.630)	-	-	-	-	90.210
Material de transporte	136.600	(129.790)	-	14.850	-	(5.116)	-	-	-	(13.195)	3.349
Equipamento de segurança	524.178	(356.702)	-	65.230	-	(32.709)	-	-	-	-	199.997
Outro equipamento	676.953	(518.244)	-	49.463	-	(60.615)	-	-	-	-	147.557
	<u>4.783.792</u>	<u>(3.915.810)</u>	<u>-</u>	<u>289.679</u>	<u>-</u>	<u>(283.648)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.195)</u>	<u>860.817</u>
Equipamento em locação financeira:											
Imóveis											
Equipamento	257.554	(94.271)	-	42.000	-	(59.983)	-	-	-	(42.500)	102.800
Outros activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>257.554</u>	<u>(94.271)</u>	<u>-</u>	<u>42.000</u>	<u>-</u>	<u>(59.983)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.500)</u>	<u>102.800</u>
Outros activos tangíveis:											
Património Artístico											
Out. Activos Tangíveis	499	-	-	600	-	-	-	-	-	-	1.099
	20.595	(5.493)	-	-	-	(2.574)	-	-	-	-	12.527
Activos tangíveis em curso											
	1.721.852	-	-	879.590	(1.262.373)	-	-	-	-	-	1.339.069

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2006							31-12-2007		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	603.077	602.387	-	-	-	512	-	-	-	178
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>603.077</u>	<u>602.387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>512</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>178</u>

Descrição	31-12-2005							31-12-2006		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	609.665	608.262	-	-	-	714	-	-	-	690
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>609.665</u>	<u>608.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>690</u>

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “investimentos em filiais” tem a seguinte composição:

Empresa	Sector de actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Valor de balanço 31-12-2007	Valor de balanço 31-12-2006
CA Informática		Lisboa	0,32%	21.277	21.277
CA Seguros		Lisboa		54	54
CA Vida		Lisboa	1,59%	166.383	166.383
CCCAM		Lisboa		12.002.830	12.002.830
				<u>12.190.544</u>	<u>12.190.544</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
CA Informática, SA	43.178.847	4.975.205	28.573
CA Seguros, SA	132.621.731	23.462.871	4.206.423
CA Vida, SA	599.796.097	31.259.727	4.418.408
CCCAM	4.207.683.618	143.180.348	10.764.029

20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	1.505.953	-
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	-
	<u>1.505.953</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	-	-
	<u>1.505.953</u>	<u>-</u>
Activos por impostos correntes		
Pagamentos por conta	-	-
Outros	-	-
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.992.073	-
	<u>1.992.073</u>	<u>-</u>

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007					Saldo em 31-12-2007
	Saldo em 31-12-2006	Adopção da IAS 39	Varição em Resultados	Varição em Resultados Transitados	Varição em Reservas	
. Activos tangíveis e imparidade	4.764	-	-	(953)	-	3.811
. Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
. Prémio de antiguidade	100.821	-	1.251	-	-	102.072
. Encargos com saúde	18.825	-	-	(15.738)	-	3.087
. Provisões não aceites fiscalmente:						
Provisões para cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Provisões para crédito vencido	-	-	1.227.174	-	-	1.227.174
Provisões para riscos gerais de crédito	99.490	(99.490)	-	99.490	-	99.490
Provisões para riscos bancários gerais	-	-	-	-	-	-
Provisão para aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Provisões para imóveis	-	-	-	-	-	-
Provisões para outras aplicações	-	-	-	-	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	-	-	-	-	-	-
. Pensões						
Reformas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	-
Contribuição efectuada	-	-	-	-	-	-
(...)						
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	-	-	-	-	-	-
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
. Valias fiscais	-	-	-	-	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-
. Comissões	87.898	-	-	(17.579)	-	70.319
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	-	-	-	-	-	-
. Valorização dos activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
. Carteira de títulos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
(...)						
	<u>311.798</u>	<u>(99.490)</u>	<u>1.228.425</u>	<u>65.220</u>	<u>-</u>	<u>1.505.953</u>

	2006					Saldo em 31-12-2006
	Saldo em 31-12-2005	Adopção da IAS 39	Varição em Resultados	Varição em Resultados Transitados	Varição em Reservas	
. Activos tangíveis e imparidade	-	-	-	-	-	4.764
. Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
. Prémio de antiguidade	-	-	-	-	-	100.821
. Encargos com saúde	-	-	-	-	-	18.825
. Provisões não aceites fiscalmente:						
Provisões para cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Provisões para crédito vencido	-	-	-	-	-	-
Provisões para riscos gerais de crédito	-	-	-	-	-	99.490
Provisões para riscos bancários gerais	-	-	-	-	-	-
Provisão para aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Provisões para imóveis	-	-	-	-	-	-
Provisões para outras aplicações	-	-	-	-	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	-	-	-	-	-	-
. Pensões						
Reformas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Desvios actuariais	-	-	-	-	-	-
Contribuição efectuada	-	-	-	-	-	-
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	-	-	-	-	-	-
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
. Valias fiscais	-	-	-	-	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-
. Comissões	-	-	-	-	-	87.898
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	-	-	-	-	-	-
. Valorização dos activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
. Carteira de títulos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>311.798</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Impostos correntes</u>	-	-
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de impostos reconhecidos em resultados	-	-
Lucro antes de impostos	-	-
Carga fiscal		

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais da Caixa relativas aos anos de 2004 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião da Direcção da Caixa, não é previsível que ocorram correcções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada como segue:

	2007		2006	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		<u>8.353.972</u>		<u>5.365.032</u>
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	36,55%	3.053.151	22,15%	1.188.474
Diferenças geradoras de activos e passivos por impostos diferidos				
Provisões temporariamente não dedutíveis ou acima dos limites legais	73,17%	6.112.287	4,12%	220.963
Diferimento de comissões	4,45%	372.134	0,00%	-
Activos não correntes detidos para venda	0,00%	-	0,00%	-
Activos tangíveis e intangíveis	0,24%	20.170	0,00%	-
(...)				
Diferenças permanentes				
Mais valias na venda de participações financeiras	0,00%	-	0,00%	-
Mais valias na venda de outros activos tangíveis	0,39%	32.574	-0,35%	(18.848)
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,14%	11.882	0,00%	-
Variações patrimoniais negativas	10,13%	846.051	0,00%	-
Outras diferenças permanentes	0,00%	-	0,00%	-
Deduções à colecta	(2,08%)	(173.533)	-3,46%	(185.699)
Tributações autónomas	0,13%	10.632	0,17%	9.003
(...)				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício		<u>10.285.348</u>		<u>1.213.893</u>
Registo e reversão de activos e passivos por impostos diferidos	(13,51%)	(1.128.425)	0,00%	-
Custo com imposto do exercício	<u>109,61%</u>	<u>9.156.923</u>	<u>22,63%</u>	<u>1.213.893</u>
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores		137		132.239
Impostos correntes sobre os lucros		<u>9.157.060</u>		<u>1.346.132</u>

21. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	329	1.809
Devedores por operações sobre futuros	-	-
Sector Público Administrativo		
Outros	298.110	-
Despesas a debitar a clientes	-	-
Bonificações a receber	370.153	305.958
Outros devedores diversos	1.605.671	1.635.310
	<u>2.274.263</u>	<u>1.943.077</u>
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Fundo de Pensões	85.920	-
Seguros	19.484	14.638
(...)	-	-
Outras	453.975	14.940
	<u>559.379</u>	<u>29.578</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Operações cambiais a liquidar	-	-
Operações activas a regularizar	1.221.021	898.213
(...)	-	-
Outras	320.424	227.566
	<u>1.541.445</u>	<u>1.125.779</u>
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Outros devedores diversos	(885.614)	-
(...)	-	-
	<u>(885.614)</u>	<u>-</u>
	<u>3.489.473</u>	<u>3.098.434</u>

25. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Recursos de instituições de crédito no país</u>		
Mercado monetário interbancário	-	-
Recursos a muito curto prazo	-	-
Depósitos	9.175	49.150
Empréstimos	218.192	-
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	-	-
	<u>227.367</u>	<u>49.150</u>
<u>Recursos de instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Organismos financeiros internacionais		
Recursos a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	-	-
Sucursais de outras instituições de crédito nacionais		
Recursos a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	-	-
Outras instituições de crédito		
Recursos a muito curto prazo	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	-	-
Juros a pagar	74	1
	<u>227.441</u>	<u>49.151</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o prazo residual dos recursos de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Até três meses	9.175	49.150
Entre três meses e um ano	-	-
Entre um ano e três anos	-	-
Entre três e cinco anos	218.192	-
Mais de cinco anos	-	-
	<u>227.367</u>	<u>49.150</u>

26. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Depósitos		
À ordem	91.178.110	91.223.207
A prazo	167.017.703	153.064.450
De poupança	150.060.792	144.839.041
Outros recursos de clientes	1.467.614	959.376
Cheques e ordens a pagar	42.841	83.894
Outros	14.126	202.743
Juros a pagar	2.846.079	2.037.627
	<u><u>412.627.265</u></u>	<u><u>392.410.338</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Até três meses	251.053.313	249.281.242
Entre três meses e um ano	121.497.068	124.915.636
Entre um ano e três anos	36.643.734	16.029.021
Entre três e cinco anos	540.071	146.812
Mais de cinco anos	47.000	-
	<u><u>409.781.186</u></u>	<u><u>390.372.711</u></u>

30. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2007
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:						
- Créditos de cobrança duvidosa	340.970	1.520.145	(735.351)	-	-	1.125.764
- Crédito e juros vencidos	8.903.807	4.311.368	(2.578.070)	(2.432.094)	(885.614)	7.319.397
- Risco-país	-	-	-	-	-	-
	<u>9.244.777</u>	<u>5.831.513</u>	<u>(3.313.421)</u>	<u>(2.432.094)</u>	<u>(885.614)</u>	<u>8.445.161</u>
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito	2.598.620	265.091	(233.904)	-	-	2.629.807
- Outros riscos e encargos	-	-	-	-	-	-
- Riscos bancários gerais	-	-	-	-	-	-
	<u>2.598.620</u>	<u>265.091</u>	<u>(233.904)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.629.807</u>
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros	3.399.983	233.480	-	-	-	3.633.463
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda	304.484	42.844	-	-	-	347.328
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	885.614	885.614
	<u>304.484</u>	<u>42.844</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>885.614</u>	<u>1.232.942</u>
	<u>15.547.864</u>	<u>6.372.928</u>	<u>(3.547.325)</u>	<u>(2.432.094)</u>	<u>-</u>	<u>15.941.373</u>
Saldos em 01-01-2006						
Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:						
- Créditos de cobrança duvidosa	648.480	745.841	(1.053.351)	-	-	340.970
- Crédito e juros vencidos	14.367.176	7.174.648	(3.839.181)	(8.798.836)	-	8.903.807
- Risco-país	-	-	-	-	-	-
	<u>15.015.656</u>	<u>7.920.489</u>	<u>(4.892.532)</u>	<u>(8.798.836)</u>	<u>-</u>	<u>9.244.777</u>
Provisões:						
- Riscos gerais de crédito	2.377.657	1.575.698	(1.354.735)	-	-	2.598.620
- Outros riscos e encargos	-	-	-	-	-	-
- Riscos bancários gerais	-	-	-	-	-	-
	<u>2.377.657</u>	<u>1.575.698</u>	<u>(1.354.735)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.598.620</u>
Imparidade						
- Imparidade de outros activos financeiros	3.382.336	17.647	-	-	-	3.399.983
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda	304.484	-	-	-	-	304.484
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	-	-
	<u>304.484</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>304.484</u>
	<u>21.080.133</u>	<u>9.513.834</u>	<u>(6.247.267)</u>	<u>(8.798.836)</u>	<u>-</u>	<u>15.547.864</u>

32. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Empréstimos subordinados:</u>		
Titulados	-	-
Emitidos	1.200.000	1.200.000
Readquiridos	-	-
Não titulados	-	-
	<u>1.200.000</u>	<u>1.200.000</u>
 <u>Outros passivos subordinados:</u>		
Emitidos	-	-
Readquiridos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.200.000</u>	<u>1.200.000</u>
 Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	-	-
	<u>1.200.000</u>	<u>1.200.000</u>

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos Passivos Subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 analisa-se como segue:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Até três meses	-	-
Entre três meses e um ano	-	-
Entre um ano e três anos	1.200.000	1.200.000
Entre três e cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	-	-
	<u>1.200.000</u>	<u>1.200.000</u>

33. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	-	-
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	320.406	314.290
Contribuições para a Segurança Social	61.827	56.518
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.427	2.336
Cobranças por conta de terceiros	4.509	2.220
Contribuições para outros sistemas de saúde	13.127	11.940
Credores diversos		
Contribuições a entregar – Fundo de Pensões	-	-
Credores por fornecimentos de bens	435.348	251.786
Outros credores		
Diversos	986	2.168
Contas cartão	233	49
Adiantamentos-outros credores	1.214.088	950.880
Out.credores-Emp.Grupo	41	76.403
<u>Encargos a pagar</u>		
Por capitais próprios e equiparados	-	-
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	-	-
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	493.248	457.214
Prémio de antiguidade	385.176	-
Subsídio de morte	-	-
Remunerações variáveis	-	-
Outros		
SAMS	437.867	-
Por gastos gerais administrativos	-	-
Outros	84.342	51.458
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	20.725	31.995
Outras		
Associadas a op.crédito	571.627	-
<u>Valores a regularizar</u>		
Posição cambial	-	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	-
Outras operações a regularizar		
Outras operações passivas a regularizar	1.067.073	660.829
Outras operações a regularizar	953.705	94.255
	<u>6.068.755</u>	<u>2.964.341</u>

34. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	10.053.234	13.849.585
Aceites e endossos	-	-
Créditos documentários abertos	-	-
Outros passivos eventuais	343.374	525.600
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	-	-
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	34.218.886	31.392.865
Compromissos revogáveis	761.861	779.870
Por subscrição de títulos	-	-
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	-	-
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	2.911.389	3.089.906
Valores recebidos para cobrança	5.066.351	5.874.896
Valores administrados pela instituição	-	-
Outras	-	-
	<u>53.355.095</u>	<u>55.512.722</u>

36. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda		
De investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
(...)		
Reservas de reavaliação do imobilizado		
Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda		
(...)		
	-	-
<u>Outros instrumentos de capital</u>		
Reserva legal	2.690.943	1.854.943
Outras reservas	3.688.984	2.627.754
Resultados transitados	552.579	2.279.328
	<u>6.932.506</u>	<u>6.762.025</u>
Lucro do exercício	5.300.822	4176558
	<u>12.233.328</u>	<u>10.938.583</u>

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Caixa constituiu um fundo de reserva até à

concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

37. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Juros de disponibilidades em bancos centrais		
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	-	-
Disponibilidades sobre bancos centrais no estrangeiro	-	-
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	10.336	13.592
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Juros de outras disponibilidades	-	-
Juros de aplicações em instituições de crédito		
Aplicações em instituições de crédito no país	5.858.735	3.616.632
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Juros de crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno		16.077.898
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	454.460	
Empréstimos	7.100.633	
Créditos em conta corrente	1.580.477	
Descobertos em depósitos à ordem	573.761	
Créditos tomados - factoring	-	-
Operações de locação financeira		
Mobiliária	-	-
Imobiliária	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Outros créditos	-	-
Particulares		
Habitação		
Operações de locação financeira	-	-
Outros créditos	3.908.626	-
Consumo		
Operações de locação financeira	-	-
Outros créditos	-	-
Consumo	821.763	
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	135.377	
Empréstimos	3.601.228	-
Créditos em conta corrente	610.995	-
Descobertos em depósitos à ordem	196.105	-
Operações de locação financeira	-	-
Outros créditos	-	-

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Crédito externo		651
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	-	-
Empréstimos	-	-
Créditos em conta corrente	-	-
Descobertos em depósitos à ordem	-	-
Créditos tomados - factoring	-	-
Operações de locação financeira		
Mobiliária	-	-
Imobiliária	-	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Outros créditos	-	-
Particulares		
Habitação		
Operações de locação financeira	-	-
Outros créditos	26.027	-
Consumo		
Operações de locação financeira	-	-
Outros créditos	-	-
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	-	-
Empréstimos	-	-
Créditos em conta corrente	-	-
Descobertos em depósitos à ordem	-	-
Operações de locação financeira	-	-
Outros créditos	10.039	-
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	-	-
Emitidos por não residentes	-	-
Juros de activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes - titularizado		
Crédito interno	-	-
Crédito ao exterior	-	-
Outros créditos e valores a receber - titularizados	-	-
Juros de activos com acordo de recompra	-	-
Juros de investimentos detidos até à maturidade		
Títulos de dívida emitidos por residentes	-	-
Títulos de dívida emitidos por não residentes	-	-
Outros investimentos detidos até à maturidade	-	-
Outros juros e rendimentos similares	-	-
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	208.379	156.421
	<u>25.096.942</u>	<u>19.865.194</u>

Nota: Os valores de 2006 referentes a crédito a clientes não foi possível detalhar de acordo com as contas do plano NCA's

38. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
no país	4.343	156
no estrangeiro	-	-
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	9.614.325	6.820.320
Juros de passivos financeiros de negociação		
instrumentos financeiros derivados	-	-
Juros de derivados de cobertura	-	-
Juros de passivos subordinados	61.234	47.697
Outras comissões pagas:		
operações de crédito	-	-
Outros juros e encargos similares	16.261	553.652
	<u>9.696.163</u>	<u>7.421.825</u>

39. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Emitidos por residentes	-	-
Emitidos por não residentes	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</u>		
No país		
Investimentos em filiais	8.271	5.875
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-
No estrangeiro		
Investimentos em filiais	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-
	<u>8.271</u>	<u>5.875</u>
Outros instrumentos de capital	-	-
	<u>8.271</u>	<u>5.875</u>

40. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-07</u>	<u>31-12-06</u>
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avales	222.632	240.308
Fianças e indemnizações (contragarantias)	-	-
Créditos documentários abertos	-	-
Outras garantias prestadas	-	-
	<u>222.632</u>	<u>240.308</u>
<u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	20.213	799
Subscrição de títulos	-	-
Outros compromissos irrevogáveis	-	-
Compromissos revogáveis	-	-
	<u>20.213</u>	<u>799</u>
<u>Por operações sobre instrumentos financeiros</u>		
Operações de crédito	-	-
Outras operações sobre instrumentos financeiros	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Por serviços prestados</u>		
Depósito e guarda de valores	3	1.026
Cobrança de valores	25.798	520
Administração de valores	-	-
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	-	-
Comissão de emissão de unidades de participação	-	-
Comissão de resgate de unidades de participação	-	-
Transferência de valores	33.704	6.203
Gestão de cartões	497	-
Anuidades	58.255	93.823
Montagem de operações	-	-
Operações de crédito		
Por operações de factoring	-	-
Outras operações de crédito		
Com. Abertura e Utilização	301.733	-
Com. Processamento	109.348	-
Outras comissões	267.108	-
Outros serviços prestados		
Com.-aluguer de cofres	2.604	-
Com.-Registos e distrates	12.236	-
Com.interbanc.-Cartões	515.778	-
Out.Com.Interbancárias	3.797	-
Comissões intermediação	167.958	-
Colocação e comercialização	295.105	-
Outros	45.014	585.791
	<u>1.838.938</u>	<u>687.363</u>
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	-	-
Em operações fora de Bolsa	-	-
Outras operações realizadas por conta de terceiros	42	22
	<u>42</u>	<u>22</u>
Outras comissões recebidas		
Gestão de conta DO	101.944	-
Cheques	333.919	-
Extracto e 2 ^{as} vias	2.083	-
Mora ou Contencioso	34.685	-
Moeda estrangeira	4.730	-
Emissão Caderneta	99	-
Outras	608.931	1.765.913
	<u>3.168.216</u>	<u>2.694.405</u>

41. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Por garantias recebidas	-	-
Por compromissos assumidos por terceiros	-	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	95.934	3.613
Operações de crédito	-	-
Cobrança de valores	24.088	16.255
Administração de valores	-	-
Outros		-
Transferência de valores	132.149	
Cartões	274.632	
Outros serv.bancários	180	71.995
Com.interbancárias-outras	798	
Por operações realizadas por terceiros	-	-
Outras comissões pagas		
Outras comissões pagas	285	337.092
	<u>528.066</u>	<u>428.955</u>

46. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
<u>Ganhos em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</u>		
No país		
Investimentos em filiais	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-
No estrangeiro		
Investimentos em filiais	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Ganhos em activos não financeiros</u>		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos realizados	35.051	-
Ganhos não realizados	-	-
Propriedades de investimento		
Propriedades de investimento em locação financeira	-	-
Propriedades de investimento em locação operacional	-	-
Outras propriedades de investimento		
Ganhos realizados	-	-
Ganhos não realizados	-	-
Outros activos tangíveis		
Locação financeira	-	-
Locação operacional	-	-
Outros activos tangíveis		
Ganhos realizados	32.574	-
Ganhos não realizados (reversão de menos valias)	-	-
Outros activos não financeiros	-	-
	<u>67.625</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	-	-
Ganhos em operações descontinuadas	-	-
Reembolso de despesas	7.395	5.984
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	163.176	-
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	252.094	659.715
Rendimentos da prestação de serviços diversos	194.940	-
Outros	91.918	144.951
	<u>709.523</u>	<u>810.650</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	182.603	90.006
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	591.678	-
Outros encargos e gastos operacionais	-	-
Perdas em activos não financeiros	282.973	-
Outros encargos e gastos operacionais	143.158	308.046
	<u>1.200.412</u>	<u>398.052</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.977.560</u>	<u>1.208.702</u>

47. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de Gestão e Fiscalização	77.670	77.671
Empregados	3.237.287	2.962.769
Encargos sociais obrigatórios		
Fundos de Pensões (Nota 18)	22.556	6.666
Encargos relativos a remunerações:		
Caixa de Abono de Família	-	-
Segurança Social	535.757	490.598
SAMS	145.511	134.792
Outros	-	-
Outros encargos sociais obrigatórios:		
Subsídio por morte	-	-
Outros	43.354	37.357
Outros	-	-
Encargos sociais facultativos	205	208
Outros custos com pessoal:		
Indemnizações contratuais	841	532
Outros	12.162	9.707
	<u>4.075.343</u>	<u>3.720.300</u>

O número médio de colaboradores da Caixa em 2007 e 2006 apresenta a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Direcção	1	1
Chefias e gerência	26	26
Quadros técnicos	71	66
Administrativos	16	18
Outros	1	1

48. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	116.933	107.166
Material de consumo corrente	219.555	209.477
Publicações	454	696
Material de higiene e limpeza	2.940	2.791
Outros fornecimentos de terceiros	113.353	34.780
	<u>453.235</u>	<u>354.910</u>
Com serviços:		
Rendas e alugueres	44.306	46.656
Comunicações	326.885	289.738
Deslocações, estadas e representação	99.335	82.657
Publicidade e edição de publicações	422.482	329.979
Conservação e reparação	136.380	135.307
Transportes	21.517	10.731
Formação de pessoal	32.822	22.602
Seguros	55.545	54.823
Serviços especializados:		
Avenças e honorários	180.900	128.738
Judiciais contencioso e notariado	51.277	76.143
Informática	1.151.097	1.085.574
Segurança e vigilância	22.440	20.394
Limpeza	44.913	-
Informações	-	-
Bancos de dados	1.730	460
Mão de obra eventual	-	-
Outros serviços especializados:		
Estudos e consultas	-	-
Consultores e auditores externos	-	-
Tratamento de valores	-	70.821
Avaliadores externos	321	-
SIBS	183.053	169.186
Outros serviços de terceiros	241.982	171.956
	<u>3.016.986</u>	<u>2.695.764</u>
	<u>3.470.221</u>	<u>3.050.674</u>

49. ENTIDADES RELACIONADAS

Para além das empresas coligadas e associadas (Nota 19), a Caixa consolida com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas, como outras empresas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2007				2006			
	Associadas	Coligadas	Outras empresas do Grupo	Total	Associadas	Coligadas	Outras empresas do Grupo	Total
Activos:								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	4.554.894	4.554.894	-	-	1.153.356	1.153.356
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	3.906.872	3.906.872	-	-	315.500	315.500
Aplicações em instituições de crédito	-	-	160.350.090	160.350.090	-	-	149.875.841	149.875.841
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	1.181.283	10.348.616	11.529.899	-	1.073.016	9.827.131	10.900.147
Passivos:								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	218.192	218.192	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	208.943	170.025	378.968	-	7.710	76.403	84.113
Custos:								
Juros e encargos similares	-	-	10.302	10.302	-	-	5.549	5.549
Encargos com serviços e comissões	-	23.038	128.522	151.560	-	54.207	213.886	268.093
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	-	1.413.770	20.579	1.434.349	-	1.322.435	8.950	1.331.385
Proveitos:								
Juros e rendimentos similares	-	-	5.938.488	5.938.488	-	-	3.631.979	3.631.979
Rendimentos de instrumentos de capital	-	8.271	-	8.271	-	5.975	-	5.975
Rendimentos de serviços e comissões	-	265.791	214.244	480.035	-	366.326	126.907	493.233
Outros resultados de exploração	-	194.306	8.759	203.065	-	32.331	-	32.331
Extrapatrimoniais:								
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos perante terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

50. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados da Caixa relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A..

Os pressupostos utilizados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento do fundo de pensões	4,50%	4,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2006</u>
Estimativa das responsabilidades		
por serviços passados:		
. Empregados no activo		
. Reformados e pensionistas		
. Reformados antecipadamente		
. Cuidados de saúde (SAMS)		
. Subsídio por morte		
	<u>454.326</u>	<u>215.628</u>
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo, fornecido pela entidade gestora		
Valor não financiado	<u> </u>	<u> </u>

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 1 de Janeiro de 2007, assumindo os novos pressupostos para NCA, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

Estimativa das responsabilidades

por serviços passados:

- . Empregados no activo
- . Reformados e pensionistas
- . Reformados antecipadamente
- . Cuidados de saúde (SAMS)
- . Subsídio por morte

248.191

Cobertura das responsabilidades:

- . Valor patrimonial do Fundo,
fornecido pela entidade gestora

248.191

Valor não financiado

O valor não financiado corresponde ao aumento das responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade, da adopção de novos pressupostos financeiros, do reconhecimento das responsabilidades com cuidados de saúde e subsídio por morte na reforma. Este valor poderá ser financiado ao longo de cinco anos com início em 2007, com excepção das responsabilidades com cuidados de saúde e alterações de tábua que poderão ser financiadas ao longo de sete anos, conforme disposto pelo Banco de Portugal.

	01-01-2006	Anos a diferir	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acréscimo de responsabilidades com pensões									
. Alteração da tábua de mortalidade	12.573	7	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796	1.796
. Alteração de pressupostos financeiros	<u>110.373</u>	5	<u>22.075</u>	<u>22.075</u>	<u>22.075</u>	<u>22.075</u>	<u>22.075</u>	-	-
	122.946		23.871	23.871	23.871	23.871	23.871	1.796	1.796
Benefícios de assistência médica (SAMS)	497.255	7	71.036	71.036	71.036	71.036	71.036	71.036	71.036
Subsídio por morte		5	-	-	-	-	-	-	-
	<u>620.201</u>		<u>94.907</u>	<u>94.907</u>	<u>94.907</u>	<u>94.907</u>	<u>94.907</u>	<u>72.833</u>	<u>72.833</u>

De acordo com o Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. No exercício de 2007, os custos com pensões têm a seguinte composição:

Custos dos serviços correntes	15.927
Custos dos juros	10.207
Rendimento esperado	<u>-4.495</u>
	<u>21.639</u>

Custo adicional do SAMS

Pagamentos efectuados no ano ao SAMS

Em 2007, os custos com os benefícios pós-emprego dos trabalhadores foram reflectidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados:

Juros e encargos similares	
Custos com o pessoal	<u>22.556</u>
	<u>22.556</u>

A flutuação de valores com referência a 31 de Dezembro de 2007 apresenta o seguinte detalhe:

Flutuação de valores em 1 de Janeiro de 2007	<u> </u>
. Perdas / (Ganhos) actuariais gerados em 2007	
. Ganhos financeiros gerados em 2007	
. Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2007	51.668
. Aumento das responsabilidades pela alteração da taxa de desconto em 2007	
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2007	<u>51.668</u>

Os desvios actuariais são explicados como se segue:

Alterações na população:	
. Entradas	6
. Saídas	1
. Mortes	

Aceitação de reformas antecipadas pela Segurança Social

Novos pensionistas

Promoções	<u>7</u>
-----------	----------

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados com referência a 1 de Janeiro de 2006 apresentam o seguinte detalhe:

	Impacto global	Anos	Amortização em 2006
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	497.255	7	71.036
Subsídio por morte		5	-
Reformas antecipadas diferidas no activo em 31.12.06		5	-
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões		5	-
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tábua de mortalidade		7	-
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de Janeiro de 2006		5	-
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos		5	-
Flutuação de valores no exercício de 2006		5	-
Alteração de pressupostos financeiros em 2006		5	-
Aumento de custo do exercício de 2006		5	-
	<u>497.255</u>		<u>71.036</u>

De acordo com o Aviso nº 4/2005, o reconhecimento em resultados transitados será efectuado de forma faseada, consoante seja relativo à alteração de tábua de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego.

	<u>31-12-2007</u>	<u>01-01-2007</u>
Responsabilidade a reconhecer em resultados transitados		
Valor não financiado		
Amortização em 2007		
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2007		
Valor reflectido no activo (Nota ____)	<u>-</u>	<u>-</u>

O crescimento salarial efectivamente verificado no exercício de 2005 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores da Caixa foi de ____%.

O aumento efectivo das pensões foi de ____%.

A taxa de rendimento do Fundo de Pensões em 2007 foi ____%.

A Caixa dispõe de estudos que determinam o nível de aceitação das reformas antecipadas que efectua por parte da Segurança Social. Com base nos resultados desses estudos, durante o exercício de 2007 suportou directamente ____% do valor das pensões que seriam da responsabilidade da Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 1 de Janeiro de 2007, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>	<u>01-01-2007</u>
Empregados no activo	95	90
Reformados e pensionistas	4	4
Reformados antecipadamente		
	<u>99</u>	<u>94</u>

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2006	<u>109.126</u>
Contribuições da Caixa	387.403
Contribuições dos empregados	27.114
Rendimento líquido do Fundo	2.533
Pensões pagas	(9.493)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>516.683</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 1 de Janeiro de 2007, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>31-12-2007</u>	<u>01-01-2007</u>
Imóveis arrendados		
Títulos	<u>-</u>	<u>-</u>